



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 095

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE AGOSTO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PL/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 095

86ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagem 03

Ofícios 03

Ação Direta de Inconstituc. 03

Telegramas 03

Indicações 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 08

Pequeno Expediente:

Marcelo Rangel 10

Jocelito Canto 10

Grande Expediente:

Dep. Artagão Júnior 12

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 15

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 17

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 18

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 19

Discussão/Votação

Redação Final 19

3ª Discussão 19

2ª Discussão 20

1ª Discussão 20

Requerimentos 22

Encerramento da Sessão 24

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 24

Indicações Legislativas 25

Atas de Comissões

Redação 33

DIÁRIO Nº 095

86ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 86ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

20 DE AGOSTO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Carlos Simões, Elio Rusch, Elton Welter, Luiz Eduardo Cheida, Osmar Ber-

toldi e Valdir Rossoni (06).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Felipe Lucas (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 032/07

Curitiba, 15 de agosto de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva o ingresso do estado do Paraná, no Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDU/COMEC, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado.

A medida contida no plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses do estado, vez que, uma vez integrado no já referido consórcio, o estado poderá defender seus interesse na discussão das soluções relacionadas à questão dos resíduos sólidos urbanos.

O destino dos resíduos sólidos urbanos da região metropolitana de Curitiba exige dos municípios e do próprio estado do Paraná providências compartilhadas, visando a proteção ao meio ambiente equilibrado, em cumprimento da legislação federal vigente e das normas da ABNT. No anteprojeto de lei em causa consta dispositivo expresso no sentido de que ficará condicionada alteração dos termos do Protocolo de Intenções já firmado entre os municípios que o integram, para as adaptações que se fizerem necessárias, a fim de incluir o estado na entidade pública.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o estado do Paraná autorizado a participar do Consórcio Intermunicipal para gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, da Região Metropolitana de Curitiba - CONRESOL, nos termos da Lei nº 11107/05, já constituído sob a forma de associação pública, sem fins lucrativos, que tem sede no município de Curitiba.

Art. 2º A participação do estado do Paraná no consórcio referido no artigo anterior fica condicionada à alteração dos termos do Protocolo de Intenções já firmado entre os municípios que o integram, para as devidas adaptações, visando a inclusão do estado na entidade pública, para as deliberações necessárias à sua administração, organização e funcionamento, no cumprimento das finalidades de sua criação.

Parágrafo Único. No que couber, ficam ratificados por esta lei os termos do Protocolo de Intenções já firmado para a constituição do Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ofício

Sob o nº 855/07, da Sra. Adriana Vanessa Rabelo Camara - Promotora de Justiça do Ministério Público, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado desaprovando a prestação de contas do Tribunal de Justiça relativa a construção do seu anexo. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Ação Direta de Inconstitucionalidade

Dos Srs. Ministros Maurício Corrêa e Joaquim Barbosa, Relatores da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1864, do Supremo Tribunal Federal; onde é requerente a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE e o Partido dos Trabalhadores - PT, e requeridos Governador do Estado do Paraná e Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, comunicando que o Supremo Tribunal Federal, na Sessão Plenária de 08 de agosto de 2007, por maioria, julgou procedente em parte esta ação direta para declarar a inconstitucionalidade do artigo 19, parágrafo 3º, da Lei nº 11970/97 desta estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a

Inkafarma Comércio Farmacêutico S/A, conforme segue abaixo:

- 0000028/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.834,71 - pagamento de expansão do programa farmácia popular do Brasil. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Farmácia e Drograria Frozza Ltda., conforme segue abaixo:

- 0000029/MS/SE/FNS - valor de R\$ 7,73 - pagamento de expansão do programa farmácia popular do Brasil. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Farma Haoach Comércio de Medicamentos e Perfumaria Ltda., conforme segue abaixo:

- 0000030/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3,88 - pagamento de expansão do programa farmácia popular do Brasil. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Drogarem Farmácia e Perfumaria Ltda., conforme segue abaixo:

- 0000031/MS/SE/FNS - valor de R\$ 280,69 - pagamento de expansão do programa farmácia popular do Brasil. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para Eduardo Bremm de Castro Me, conforme segue abaixo:

- 0000032/MS/SE/FNS - valor de R\$ 148,80 - pagamento de expansão do programa farmácia popular do Brasil. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 258/07

SÚMULA:

Propõe a execução de obras de melhorias na PR-239, que liga a sede do município de Campina da Lagoa à BR-369.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A execução de obras de melhorias na PR-239, que liga a sede do município de Campina da Lagoa à BR-369;

II - É de conhecimento de todo o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - Neste sentido nos foi encaminhado pedido da Câmara Municipal de Campina da lagoa, por proposição do Vereador Mozart Antonio Pereira, justificando que o trecho em destaque carece, com grande urgência, de obras de reparos, pois nas péssimas condições em que se

encontra, a pista oferece risco elevado de ocorrência de acidente.

IV - A pavimentação pretendida representará de forma bastante significativa a melhoria das condições da população local, beneficiando também vários municípios da região.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2445

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 155, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões, da votação do Projeto de Lei nº 339/07, item 07, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 2443

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam dispensados de redação final, os itens da pauta de hoje, 20 de agosto, que não sofrerem emendas.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2432

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada uma Audiência Pública no dia 23 de outubro, no plenarinho deste Poder Legislativo, no período das 9h00 às 12h00, para debates sobre a publicidade e propaganda dos órgãos públicos do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2438

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação do Projeto de Lei nº 437/07, de autoria do Deputado Dr. Batista ao Projeto de Lei nº 192/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que tem por objetivo isentar as motocicletas da cobrança de tarifas de pedágio, por tratar de matéria idêntica.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) ARTAGÃO JUNIOR

REQUERIMENTO Nº 2441

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER autorização da Mesa Executiva para a utilização do Plenarinho desta Casa, no dia 28 de agosto de 2007, das 13h30 às 15h00, para a realização de uma coletiva à imprensa, por ocasião do lançamento oficial da IMIN - 100 (Comemorações do Centenário da Imigração Japonesa ao Brasil).

Solicitamos, ainda, a liberação do som e aparelhagem multimídia data-show, para uma apresentação à imprensa de um DVD sobre o assunto.

Estarão presentes autoridades japonesas e representantes das colônias nipo-brasileiras de todo o estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2446

Senhor Presidente:

SOLICITA o encaminhamento a Mesa Executiva, requerendo adiar a realização de Sessão Solene em homenagem ao Cinquentenário da Associação dos Magistrados do Paraná, marcada para o dia 30 de agosto de 2007, para a seguinte data:

Dia: 13 de setembro de 2007;

Hora: 18h00;

Local: Assembléia Legislativa do Paraná (Plenário).

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 2453

Senhor Presidente:

A Deputada Luciana Rafagnin, que ao final subscreve, REQUER, em conformidade ao artigo 120 do Regimento Interno, seja anexado o Projeto de Lei nº 174/07, de sua autoria, ao Projeto de Lei nº 554/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, por se tratar do mesmo assunto.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2435

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de pesar pelo falecimento do Sr. Milton Alves dos Santos, ocorrido em data de 18 de agosto de 2007, no distrito de Ercilândia, município de Brasilândia do Sul.

As origens históricas da formação do núcleo inicial, do que hoje se constitui o distrito de Ercilândia e do município de Brasilândia do Sul, estão intimamente ligadas ao Vereador Milton Alves dos Santos, cuja população fica de luto, chorando a sua morte.

Um pioneiro que se vai. Homem de valor que deixa saudade eterna pelo exemplo que era em vida. Pessoa destacada, respeitada e admirada, como profissional, líder político, visto que estava exercendo o 4º mandato de Vereador, e também e principalmente pelo caráter, o modo de ser, de sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao crescimento, desenvolvimento e bem-estar de toda a comunidade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se associa ao luto e a dor da família, transmitindo suas condolências para esposa, filhos, parentes, amigos e população de Ercilândia e Brasilândia do Sul.

Outrossim, requer seja encaminhado à família enlutada e à Câmara Municipal de Brasilândia do Sul, a decisão desta Casa de Leis, nas pessoas de: Guiomar Alves dos Santos, Avenida Principal, s/nº - Ercilândia/PR, CEP: 87.597-000 - Brasilândia do Sul/PR; e Wilmar Bonifácio, DD. Presidente da Câmara Municipal, Av. Adão A. Dalben, 882, CEP: 87.595-000 - Brasilândia do Sul/PR.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2436

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do advogado aposentado deste Poder Dr. Alberto Savoia Assef.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 67 anos de idade, faleceu no último dia 18 de agosto, o Sr. Dr. Alberto Savoia Assef, advogado, Procurador aposentado deste Poder. Era filho de Savoia Assef e Amélia Yared Assef. Deixou viúva a Sra. Eliane Aparecida Araújo Assef.

Seu passamento veio entristecer profundamente não apenas seus familiares, mas seus colegas e amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Rogamos ao Pai Celeste, que nossos amigos e familiares de Alberto Savoia Assef, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-

se à dor que abalou a família Assef, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2437

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do aposentado, Sr. Antonio Lubomir Marchalek.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 69 anos de idade, faleceu no último dia 17 de agosto, o aposentado Sr. Antonio Lubomir Marchalek. Filho de Vicente Marchalek e Izabel Marchalek. Deixou viúva a Sra. Zulema Mikilyta Marchalek.

O passamento de Antonio Lubomir Marchalek veio entristecer profundamente não apenas seus familiares, mas seus colegas e amigos dentre eles este Parlamento.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Rogamos ao Pai Celeste, que nossos amigos e familiares de Antonio Lubomir Marchalek, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Marchalek, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2433

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, aos primeiros colocados no vestibular da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

1ª colocada - Geana Caroline Strack Neves

2ª colocada - Bianca Hekavei Hul

3ª colocada - Cynthia Mille de Couto

Requer ainda, que se dê ciência às referidas aprovadas no vestibular da UEPG, conforme endereço abaixo relacionados:

1) R. Catão Monclaro, 620 - Centro - CEP 84.020-150 - Ponta Grossa

2) R. Bernardo Vasconcelos, 60 - Jd. Carvalho - CEP 84.016-170 - Ponta Grossa

3) R. Fagundes Varella, 210 - Jd. Florença - CEP 84.020-010 - Ponta Grossa

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2444

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos, ao município de Cruzeiro do Oeste, pela passagem, no próximo dia 26 de agosto, do 55º aniversário de sua emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Carlos Becker de Oliveira e Silva, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Valter Pereira da Rocha, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Através desta proposição, pretendemos homenagear todos os administradores que prestaram serviços à população de nossa hospitaleira cidade de Cruzeiro do Oeste que estará, no próximo dia 26 de agosto, comemorando a passagem de seus 55 anos de emancipação política.

Congratulamo-nos com as autoridades constituídas do município e com o povo em geral, pelo transcurso da significativa data.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à população de Cruzeiro do Oeste, é que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores vêm dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

A política é definida ora como ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da palavra, mas sim, a sua finalidade de promover o bem comum. O fundamental é que, em qualquer campo, se busque o aprimoramento das relações humanas e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e feliz.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às manifestações de júbilo das autoridades e de toda a população de Cruzeiro do Oeste no transcurso de seus 55 anos.

REQUERIMENTO Nº 2434

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante e ao

Comandante-Geral da Polícia Militar, no sentido de que seja aumentado o efetivo de policiais militares no distrito de Guaraúna, no município de Teixeira Soares, devido a falta de segurança entre os moradores do referido distrito.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Prefeito Municipal e para os Vereadores da Câmara Municipal de Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2440

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes e Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, solicitando estudos no sentido de viabilizar a pavimentação asfáltica no trecho da estrada que liga a cidade de Luiziana à localidade de Valinhos.

O referido trecho é de 7 (sete) quilômetros aproximadamente, e já possui um calçamento à paralelepípedo, que poderá ser usado como base.

Encaminhamos cópia do pedido feito pelos Vereadores daquele município.

Desta forma, encarece o requerente as providências urgentes e necessária para se oferecer uma melhor qualidade de atendimento à população de nosso estado.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2442

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Dr. Alberto de Paula Machado, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná, tendo em vista uma possível apresentação de proposição, com o objetivo de revogar a Lei nº 12216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS. Solicito respostas aos seguintes questionamentos, objetivando a colaboração da OAB com os trabalhos legislativos do Poder Legislativo Estadual:

Quando o Fundo foi criado, em 1998, a finalidade era suprir o Poder Judiciário Estadual recursos financeiros necessários para fazer frente as despesas com aquisição, construção, ampliação e reforma dos edifícios forenses e outros imóveis destinados ao Poder Judiciário; aquisição de equipamentos e material permanente; implementação dos serviços de informática da Justiça Estadual; e despesas de custeio, exceto com encargos de pessoal, em até, no máximo, 30% (trinta por cento) da receita do Fundo, na forma estabelecida pelo Regulamento.

a) Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, entende que esses recursos estão sendo bem

empregados, em benefício da comunidade do nosso estado?

b) Se a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, tem conhecimento do total arrecadado pelo FUNREJUS e de sua destinação?

c) Se a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, concorda com os valores das taxas judiciais estabelecidos pela lei e que constituem receita do FUNREJUS?

d) Se a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, tem conhecimento que o Tribunal de Justiça se transformou em órgão arrecadador, em detrimento ao Poder Executivo. Existe embasamento constitucional para isso?

e) Se a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, tem conhecimento que o Fundo é administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que o preside, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor-Geral da Justiça e por mais 5 membros nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça?

f) Que o Presidente do Tribunal de Justiça é o ordenador das despesas e o seu representante legal?

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2430

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Cláudio Murilo Xavier - Secretário de Estado da Saúde, para informar a seguinte questão abaixo:

1) Em relação a matéria publicada pelo jornal O Estado do Paraná, no qual a Secretaria da Saúde estaria encontrando dificuldades para a implantação dos novos leitos de UTI em Ponta Grossa, questiona-se quais são os reais empecilhos administrativos para a não implantação dos referidos leitos?

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido funda-se pelo fato que a Comissão de Saúde deste Poder Legislativo tem cobrado permanentemente uma solução da Secretaria de Estado da Saúde, em relação as dificuldades encontradas por pacientes que necessitem dos novos leitos em Unidades de Terapia Intensiva - UTIs, que já deveriam estar implantados.

REQUERIMENTO Nº 2431

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Rogério Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, para informar a seguinte questão abaixo:

1) Em relação ao trecho da estrada da Liberdade, que liga o município de Jaguariaíva ao município de

Wenceslau Braz, enviar o cronograma de obras bem como xerocópia do edital de licitação do referido trecho.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2449

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, valendo-se de suas competências regimentais solicita informações, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, ao Sr. Secretário de Estado da Educação do Estado do Paraná, para que este forneça informações acerca das seguintes questões:

1) Houve envio de computadores e/ou equipamentos de informática provenientes do MEC, aos Colégios Agrícola e Professor João de Oliveira Gomes, de Campo Mourão?

2) Em caso de resposta afirmativa, elencar a quantidade e suas especificações.

3) Ainda em caso positivo, estes equipamentos já foram efetivamente entregues aos colégios ou ainda estão em algum órgão intermediário (Núcleo Regional, por exemplo)?

4) Se ainda em órgão intermediário, informar qual e os motivos.

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 2452

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de pedido de informações ao Governador do Estado, através da COPEL, para esclarecer a seguinte questão:

1) Informar qual o número de ligações executadas pela COPEL em residências, comércio e indústrias no município de Fazenda Rio Grande, no período de 1992 a 2007, através de um quadro demonstrativo anual detalhado.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 605/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A população deverá ser consultada, através de plebiscito, se aprova ou não, a implantação de nova praça de pedágio em rodovias ou estradas paranaenses.

Art. 2º Quando a manifestação da população for contrária, não poderá ocorrer a instalação de nova praça de pedágio.

Art. 3º O referido plebiscito será organizado e realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Art. 4º Em cumprimento ao que dispõe o artigo 1º do presente projeto, o plebiscito será realizado com a consulta abrangendo os moradores de todos os municípios que compõem a região metropolitana onde se pretenda implantar a nova praça de pedágio.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Há vários anos se debate no Paraná a validade ou não da cobrança de pedágio nas rodovias paranaenses. Algumas autoridades têm se colocado contrárias aos pedágios, no entanto, concretamente, não tomam nenhuma providência para sua eliminação. Pelo contrário, os paranaenses têm sido contemplados com novas praças de pedágio. De quem é a culpa? Quem é o padrinho? Considerando que nós, Deputados, devemos agir com absoluta fidelidade à vontade do povo, porque é graças a ele e em seu nome que exercemos o mandato, entendo ser importante que deleguemos a esse mesmo povo, o direito de manifestar se considera necessária ou não a implantação e novas praças de pedágio no Paraná. Reconheço que o ideal seria consultar todos os paranaenses antes de implantar novos pedágios.

Este projeto delega essa missão para a população da área metropolitana onde se deseje construir as novas praças de cobrança, por questão de rapidez e porque seus habitantes, como ninguém, conhecem a situação de tráfego de suas rodovias, sendo, portanto, a mais credenciada para emitir opinião diante de assunto que mexe diretamente no bolso dos usuários de nossas rodovias.

PROJETO DE LEI Nº 606/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Programa de Hortas Educativas, na rede pública de ensino do estado do Paraná.

Art. 2º Caberá ao Programa de Hortas Educativas:

I - ensinar o educando as práticas elementares do cultivo de hortaliças e frutas;

II - conscientizar o educando da importância de consumir as hortaliças e frutas que ele mesmo planta;

III - catalogar, as sementes das hortaliças e frutas, a serem distribuídas ao educando, em línguas lecionadas pela instituição de ensino, além do idioma português;

IV - levar ao educando o conhecimento do solo e a forma de preservá-lo para futuras gerações.

Art. 3º As sementes e equipamentos para a execução desta lei serão disponibilizados pelo Governo do Estado.

Art. 4º O Poder Executivo, através de seu órgão competente, editará os atos necessários e complementares à aplicação desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei objetiva criar o Programa de Hortas Educativas, na rede pública de ensino do estado do Paraná.

A aprovação deste projeto propiciará ao educando uma maior conscientização sobre a importância da preservação do solo, para o cultivo de frutas e hortaliças, visto que os próprios alunos irão consumir o que plantaram.

É um programa de extrema relevância educativa para o aluno, pois além deste ter que cultivar e colher o que planta, deverá também catalogar as sementes de acordo com as línguas selecionadas pela instituição de ensino, contribuindo assim com o aprendizado dos alunos.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 607/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a isenção do pagamento de taxas do eixo suspenso dos caminhões nas praças pedagógicas.

Art. 2º Ficará a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, a regulamentação e execução do disposto na presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por finalidade atender os caminhoneiros do nosso estado, dando a isenção de tarifas no pedágio para os caminhões com eixos levantados.

Com os eixos levantados os caminhões têm menos contato com as estradas, assim não danificando tanto a estrada do nosso estado.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 608/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica determinado que a Biblioteca Pública do Estado do Paraná funcionará nos seguintes horários:

§ 1º Segunda a sexta, das (8) oito às (22) vinte e duas horas.

§ 2º Nos sábados, das (8) oito às (20) vinte horas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo o prazo de 30 dias para que o órgão competente implemente.

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

No decreto que regulamenta o funcionamento da Instituição, vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, traz as informações que justificam tal proposição, cito esta:

Decreto nº 6528 de 25 de janeiro de 1990.

Art. 27. À Biblioteca Pública do Paraná compete:

I - o estímulo à informação ampla e livre por meio da leitura e outras formas de acesso democrático ao conhecimento.

Manter a instituição aberta ao público das (8) oito às (22) vinte e duas horas durante os 06 (seis) dias da semana, segunda a sábado, fará com que seja possível a mais usuários frequentá-la. Estudantes, trabalhadores e os mais variados segmentos terão mais uma oportunidade de lazer e construção de conhecimento.

A oportunidade de lazer, principalmente para a juventude, é restrita e esta restrição provoca distorções na sociedade. Ampliar o acesso ao conhecimento contribui para eliminar estas mazelas.

Por esta e outras inúmeras justificativas é que pedimos a aprovação deste projeto de lei, relevante para a população paranaense.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para registrar a presença neste Plenário de ilustres amigos meus, da minha cidade, empresários, Carminati, Valdemar Milani, suas esposas Tânia e Eliete.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado, a pedido de V. Exa. É uma honra para este Poder receber ilustres visitantes.

No Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, uma ótima tarde a todos. Serei extremamente breve.

Deixar registrado que no 1º semestre, na Assembléia Legislativa, encaminhamos um projeto de lei às comissões. E foi aprovado, aqui no plenário, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 184/07, cuja súmula é a seguinte: “Cria o Conselho Estadual de Combate aos Crimes pela Internet”. Este Conselho do Estado do Paraná teria uma lei específica para ampará-lo no âmbito estadual. Estou citando este projeto de lei, de minha autoria, que foi vetado pelo Sr. Governador Roberto Requião, recebeu o veto por parte do Executivo, por parte de S. Exa., o Sr. Governador Roberto Requião.

Estou deixando registrado, nesta segunda-feira, na tribuna, porque nesse final de semana foi amplamente divulgado, pelos principais órgãos de comunicação, o caso da quadrilha que aplicava golpes pela internet no estado do Paraná. Uma ação simultânea deflagrada no final de semana, em 8 cidades dos 3 estados da região sul, desarticulou um grupo acusado de aplicar golpes pela internet e clonar cartões bancários. A organização pode ter desviado cerca de R\$ 10 milhões de reais, nos últimos 2 anos. Segundo o Ministério Público, o grupo desestruturado durante a Operação Nerd era formado por pessoas de outras organizações, desarticuladas anteriormente pelas operações ponto. com. Essa quadrilha já estava em operação há muito tempo no estado do Paraná.

Recebi a justificativa do Executivo, que foi extremamente vaga, Deputado Belinati. O Governador simplesmente vetou a lei, o projeto que nós aprovamos aqui na Assembléia Legislativa, dizendo que não é de interesse público. Conversei com o Superintendente da Polícia Federal, Jab Saad - não é mais, mas na época o era - com representantes técnicos da Polícia Militar e também da Polícia Civil. Esse projeto era de suma importância para o nosso estado, porque impediria e coibiria, até, ações como essa que ocorreu com essa quadrilha, que aplicava golpes de milhões no estado do Paraná.

Eu também fiz uma indicação, Deputado Antonio, pedindo a criação da Delegacia Específica para Assuntos Cibernéticos. Uma delegacia especializada para crimes da internet, fiz a indicação também, aqui, através da Assembléia Legislativa.

Só espero que o fato de o Governador ter vetado um projeto de minha autoria não esteja, assim, deflagrando uma guerra contra à Assembléia Legislativa, contra o Poder Legislativo, principalmente com relação à Oposição deste Parlamento, porque já temos tantas guerras deflagradas no estado do Paraná, temos guerras, pelo menos o Chefe do Executivo já declarou guerra ao Ministério Público, também foi divulgada, declarou guerra ao Prefeito Municipal de Curitiba, declarou guerra à imprensa. Agora, fica se sabendo que o Governador tam-

bém declarou guerra à FIEP, pretende constituir uma segunda FIEP.

Então, tem muitas guerras. Acho que o Poder Legislativo também deveria ser respeitado pelo soberano Plenário.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Próximo orador é o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O nosso Presidente Artagão Júnior está apresentando a tevê laranja, a nossa tevê laranja da Secretaria da Educação, e o Deputado Romanelli explicava-me os motivos de a tevê ser laranja: é laranja porque é mais fácil o controle com todos os dados, é um bem público, tem que ter a plaquetinha, tudo certinho. Então, a tevê é diferenciada, porque é uma tevê que fica fácil de ter o controle dela, não é que ela seja laranja, ela é laranja por controle, deixar bem claro isso porque quando se fala em laranja está cheio de laranja, Deputado Belinati.

Só queria requerer uma explicação técnica daqui dos microfones da Assembléia, mas me parece que está sendo feita para a imprensa, a imprensa está acompanhando o nosso expert em computação, Pastor Edson, o nosso Deputado está acompanhando, depois pode fazer uma explicação aqui, Deputado Edson, sobre a questão que o senhor está acompanhando aí, porque é muito importante esclarecer para se tirar as dúvidas, porque o que não pode é ter dúvidas. A televisão, já estamos vendo que é diferente, eu nunca tinha visto uma televisão laranja. Então, deve ser isso também que ajuda. Olha, eu tenho 42 anos e nunca tinha visto uma televisão laranja. Então, nem tudo se vê na vida. Eu já vi uma televisão laranja! Aqui apareceu a tevê laranja.

Então, temos que esclarecer as dúvidas, para depois não ficar dúvidas em cima de outras coisas mais. Eu pediria ao eminente Presidente da Comissão de Fiscalização, que trouxe a televisão, o Deputado Artagão, que depois possa fazer aqui uma explicação para os demais Deputados para tirar as dúvidas, porque o Dr. Batista estava me dizendo ali que também nunca tinha visto uma tevê laranja, mas, vivendo e aprendendo, Sr. Presidente, eu queria aproveitar que a imprensa está reunida aqui e o pessoal, eu sempre costumo não fugir do assunto, porque não adianta fugir, fugir é se esconder, não adianta, primeiro, porque se não deve, não teme, e, segundo, você deve enfrentar de frente os assuntos. “Ah, não quero comparecer! Estou com problema, não vou discutir!” Eu, pelo contrário, quando tenho problemas, quero enfrentá-los de frente, não quero fugir de assunto nenhum. Até os erros que eu possa ter cometido, tenho que enfrentá-los de frente. Quando errar, assumo os erros e se responsabilize por eles.

O jornal Gazeta do Povo publicou na data de hoje, se não me falha a memória, eu não li, mas o pessoal da minha assessoria leu, dizendo que está encerrado o nosso caso no STF e que vão cassar o nosso mandato. É importante dizer e eu gostaria sempre de dizer aqui ao pessoal da imprensa que, como Prefeito, eu fui muito perseguido pelo Ministério Público, muito fiscalizado, eu não vou usar a palavra perseguido, é fiscalizado. Tivemos aqui o Governo Jaime Lerner, que poucas vezes foi fiscalizado pelo Ministério Público e é um Governo tido como dos mais corruptos da história do estado do Paraná, segundo tudo que se tem aí hoje.

Agora, eu fui Prefeito de Ponta Grossa e, por ocasião daqueles enfrentamentos que eu fiz ao Governador, ficou combinado que eu seria fiscalizado dia e noite, de manhã, à tarde e à noite. Aí eles optaram lá, Sr. Presidente, de entrar com trinta ações contra mim, porque uma delas daria certo. Eles não estavam errados, faz 30, de repente, algum deslize e você paga por isso. Eu estou nessa dos deslizes, não de roubalheira, pelo contrário, pela questão que envolve, às vezes, erros administrativos, as chamadas improbidades administrativas quando é um Prefeito do interior, quando é alguém da capital ou o Governador é tratado apenas como um erro administrativo. O próprio Governo que está aí, outro dia eu ouvi o Conselheiro Iatauro, hoje Chefe de Gabinete, dizer que aquelas irregularidades, 23 ressalvas no orçamento de 2006 não são improbidades, são erros administrativos! Diferente quando é um Prefeito, há sempre um parecer contrário àquele Prefeito.

Então, Sr. Presidente, durante a nossa gestão como Prefeito, foram feitas algumas ações, algumas descabidas que o Ministério Público fez e que a Justiça nem aceitou. O Ministério Público adorava colocar na primeira página dos jornais, dizendo que o Prefeito sofreu mais uma ação, que desviou, que fez isso e depois muitas vezes a Justiça nem recebia aquela ação. Como também aquele famoso caso do Fantástico, que agora foi provado que as fitas eram todas montadas, tudo foi montado nas portas da eleição, agora está terminando a ação e se chega ao veredicto final e eu fui julgado pela televisão, como às vezes, muitas pessoas são!

Hoje, eu tenho dois processos, em Brasília, e até acho que se cassarem o meu mandato vai ficar bonito, a nível de Brasil, porque vou ser o único Deputado depois da Constituição de 1988 cassado, porque não roubei nada, Sr. Presidente. Acho que vou para a história, vou para o Guinness como o único político cassado depois de 1988, depois da Constituição, único cassado pelo STF e que não roubou nada! Esse é o famoso caso do policial que estava à disposição da Prefeitura de Ponta Grossa. É normal entre os Poderes um ceder funcionário para outro Poder, tem funcionário à disposição do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, todo mundo tem funcionário à disposição. Outro dia mesmo eu pedi informação aqui e o MP disse que tem funcionários à dis-

posição também. Então é normal se ter funcionários à disposição.

A Assembléia Legislativa do Paraná tinha um funcionário que era um policial, um Sargento de Ponta Grossa, à disposição desta Casa colocado pelo Deputado Aníbal Khury quando era Presidente. O Deputado Aníbal Khury como Presidente colocou aquele policial à disposição da Prefeitura de Ponta Grossa, com documento, tudo certinho, tudo detalhado e o Ministério Público entendeu que aquele policial servia de segurança para mim, como se eu precisasse de segurança! Toda minha vida andei sozinho, eu ando sozinho, durmo nas favelas de Ponta Grossa, no ônibus, sem problema nenhum, nunca tive problema com segurança, graças a Deus! E o Ministério Público entendeu que o policial servia a mim sendo que a Prefeitura nunca pagou 1 centavo para o policial, ele recebia do estado e estava à disposição da Prefeitura, do gabinete do Prefeito e das demais secretarias, e aí fez uma ação. Essa ação foi iniciada em Ponta Grossa, o Juiz mandou de lá para cá, porque eu já era Deputado eleito, a ação entrou aqui no Tribunal de Justiça, a Desembargadora Dra. Regina Portes aceitou a denúncia e fez o julgamento e fez como se fosse em 2ª instância e não em 1ª como eu estava. De uma total nulidade, inclusive, com depoimentos errados, julgou a minha ação sem a presença do meu advogado e a lei determina que é nula a decisão dela. Nós recorremos disso. Ao mandar as peças do processo à Brasília, o nosso advogado pediu que subisse, de capa a capa, o processo. O Desembargador disse que não deveria subir de capa a capa, deveria se formar um novo processo. Quando formaram esse outro processo, que o cartório constituiu o novo processo, automaticamente esqueceram de colocar a procuração minha para o advogado.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, membros da imprensa, eu não estou sendo julgado por mérito nenhum, só fui julgado de forma ilegal aqui no Tribunal de Justiça, de forma nula o meu julgamento aqui. Quando recorri para Brasília, alguém não mandou a procuração, que foi o próprio cartório do Tribunal. O meu advogado, que é o Dr. Renato Andrade, aqui do Barcellar, não foi citado, mas o STF entende que cabia ao advogado fiscalizar a feitura do documento que deveria ser mandado para Brasília, por mais que houvesse uma determinação do Presidente do Tribunal de Justiça.

Daí, quando chegou em Brasília, o STJ não recebe, está faltando uma peça. Chegou no STF, também não recebeu. Não receberam porque faltava a peça principal.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o mérito não foi julgado em Brasília, do policial, ainda, Deputado Zucchi. Foi apenas não recebido porque não subiu a procuração. Então, é isso que está em julgamento lá em Brasília.

Em Brasília aconteceu um negócio estranho: lá, publicaram a decisão junto com acórdão, porque tem advogado que espera um ano para um acórdão. O meu foi

publicado no mesmo dia da publicação. Publicou num dia e no mesmo dia, no mesmo edital está publicado o acórdão. Isso é histórico no que se refere ao Poder Judiciário.

Então, são coisas que estão acontecendo. Esta semana deve julgar a Santa Casa, está 2 x 2, dois Ministros entenderam que eu estava certo, falta o quinto voto, que é do Ministro Falcão, que vai decidir primeiro a questão que nós colocamos, dos agentes políticos que não podem ser punidos, e depois vai dar o voto final.

Enfim, estou muito tranquilo, muito em paz com a vida, não tirei nada de ninguém, estou com a consciência tranquila. Só queria fazer este esclarecimento ao pessoal da imprensa. A gente se cansa, torna-se cansativo, fazer esse esclarecimento como se devesse alguma coisa. Quero me desculpar aqui com os companheiros, mas às vezes se coloca a notícia, até hoje ninguém da imprensa colocou dizendo que não foi julgado o mérito em Brasília. Não foi julgado o mérito. Está sendo julgado o fato de não ter subido uma procuração. Esse é o ponto principal. Ainda estou com o *habeas corpus* do STJ para derrubar tudo isso, e voltar o processo aqui para o Paraná.

Estou muito tranquilo sabendo que tudo pode acontecer. Em vida pública, uns roubam demais e não dá nada, outros não roubam nada e dá tudo. Estou com a consciência muito tranquila de que o que tiver que vir, virá. Já fiz muita coisa boa como político, já fiz minhas burradinhas também, mas eu sou um homem de bem com a vida, não sou apegado ao poder, não tenho grupos políticos por trás de mim, só represento o povo. Estou muito tranquilo, se algo de ruim acontecer vou continuar sendo radialista, vou continuar tocando a minha vida, jamais vou me entregar. Enquanto tiver um recursinho lá, nós vamos brigar. Acho que eu vou para o Guinness, porque vou ser o 1º Deputado, depois da Constituição de 1988, a ser cassado por causa de uma procuração que não subiu.

Enquanto isso, temos lá o Renan Calheiros, aquela quadrilha toda sendo absolvida, roubando e não dá nada. Mas esse é o nosso país, fazer o quê.

Infelizmente a culpa não é dos Juízes, não é dos Desembargadores e não é dos Ministros, a culpa é de quem? É da classe política que faz as leis. Quem faz as leis? Não são os Juízes. Quem faz as leis são os políticos, que fazem mal as leis e aí sobra, de vez em quando, até para os políticos.

Queria fazer este esclarecimento e me colocar à disposição, até porque não sou de fugir dos momentos difíceis. É nos momentos difíceis que você tem que mostrar que, acima de tudo, tem coragem. Não é como muitos daqueles que se escondem na hora das dificuldades.

É isso Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Artagão Matos Leão.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos visitantes e amigos da imprensa.

Na verdade, ocupo a tribuna nesta tarde, como Deputado e Presidente da Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa.

Na última quinta-feira, como aqueles que aqui estavam puderam e podem comprovar, foram levantadas algumas dúvidas sobre a licitação realizada pelo Governo do Estado na aquisição das 22 mil televisões, divulgado pelo Governo do Estado, a serem distribuídas uma para cada sala de aula nos colégios estaduais de estado do Paraná.

Pois bem, quais as dúvidas levantadas pelo Deputado Líder da Oposição, Valdir Rossoni, e por que a Comissão de Fiscalização tomou este posicionamento? A dúvida era: por que esta televisão 29 polegadas teria um preço superior às televisões 29 polegadas que encontramos nas lojas da nossa cidade e nas lojas de departamento em todo o país, e por que estes televisores ainda não haviam sido entregues e distribuídos nas salas de aula dos nossos colégios?

Em existindo a entrada de USB, que é a justificativa para o diferencial de preço, uma vez que esta televisão oferece mais tecnologia, a dúvida foi: será que estava vindo de fábrica esta entrada de USB, desta tecnologia ou será - esta foi a dúvida levantada - que estavam fazendo um ajuste no televisor, posteriormente ao seu recebimento pela Secretaria da Educação?

A Comissão de Fiscalização foi convocada a participar desse processo de investigação. Fomos convidados, convocados pelo Deputado Valdir Rossoni, como Líder da Oposição, como Deputado desta Casa, para que fizéssemos as devidas investigações.

Pois bem, contactamos a Secretaria da Educação, manifestamos as dúvidas aqui colocadas, e a Secretaria da Educação nos responde, de forma rápida e objetiva, colocando aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná um desses televisores, com a tecnologia de acesso USB, com a tecnologia de acesso com cartão de memória, aqueles cartões de máquinas fotográficas, demonstrando aos Deputados - atenção, Srs. Deputados, aqueles que levantaram dúvida, aqueles que ainda têm dúvida com relação aos diferenciais dessa televisão, por favor, a televisão está ali na sala de imprensa, a professora Elizabete Santos, Diretora de Tecnologia Educacional da Secretaria da Educação, está à disposição para fazer os esclarecimentos técnicos que forem necessários, para mostrar a todos que ainda têm dúvida qual é o diferencial. E segundo alguns, qual seria o diferencial? Pois o diferencial está ali para ser apresentado para todos. A nossa imprensa já pode receber essas informações, já dirimiui as suas dúvidas e já pode comprovar qual é o diferencial desse televisor para com os demais. Ali existe um modelo, um exemplar exatamente igual àquele que

será distribuído em todas as salas de aulas dos colégios estaduais do nosso Paraná. Ali está um pen drive com algumas memórias, demonstrando a capacidade de utilização e a tecnologia que está sendo levada para as salas de aula do estado do Paraná.

Teve uma pergunta feita por um jornalista, se existia no Brasil alguma outra Secretaria que já tivesse feito utilização desse equipamento. A resposta é não. É uma tecnologia e um projeto diferenciado, desenvolvido pelo estado do Paraná, colocando à disposição dos nossos professores e dos nossos alunos uma nova tecnologia e uma forma didática diferenciada de transmitir conhecimento. E posso atestar para os senhores e para as senhoras, certamente é um material diferenciado.

Pois bem, o Deputado Edson Praczyk, que é um dos Deputados que mais conhece de informática, já pode verificar pessoalmente as características desse televisor. E estaremos eu, Presidente da Comissão de Fiscalização, Deputado Edson e aqui quero fazer a todos os Deputados, em nome da Secretaria da Educação, o convite para tão logo termine a Sessão desta tarde, façamos a visita ao barracão onde estão esticadas as 9.790 televisões já entregues pelo fabricante. E a Secretaria da Educação convida os Deputados, diz ainda mais, se ainda existe dúvida com relação a existência ou não da entrada USB, que os Deputados e a imprensa que lá estiverem, se assim entenderem, que possam escolher aleatoriamente dentre as 9.790 caixas de televisão aquela que bem desejar, aquela que bem quiser para abrir e comprovar a existência desse acessório.

Que fique claro, na explicação da Secretaria da Educação do Estado do Paraná e do Governo Roberto Requião, que o procedimento licitatório foi feito para a compra de 22 mil televisões. Dessas, 9.790 já foram entregues. Oito milhões 489 mil, 294 reais foi o pagamento efetuado até este momento, que justamente se refere ao valor dessas televisões que já foram entregues.

Se existe alguma dúvida, se alguém ainda tem algum esclarecimento a ser feito, que façamos hoje, que possamos eliminar todo e qualquer questionamento nesta tarde. E se a dúvida era do diferencial da televisão, ali está uma televisão de cor alaranjada. Porque a cor alaranjada? Para diferenciar das demais televisões, para não ser confundida no patrimônio do próprio colégio, ou para que eventualmente desvios não sejam feitos. Além da cor diferenciada, essa televisão vem com 2 controles remotos, o que não acontece normalmente com os televisores, pois vêm com um só. Foram contratados 60 mil pen drive para que os professores possam receber esse equipamento e também fazer o uso com a capacitação que estará sendo feita. Não posso esquecer de falar da capacitação. Os televisores não foram todos entregues, foram entregues 223 em 5 regiões do Paraná, a fim de que, através desses televisores, possa ser feita a capacitação dos professores para que possam fazer melhor utilização desse equipamento em sala de aula.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)

Estou ouvindo atentamente, nobre Deputado Artagão, e acho que parte da minha pergunta o senhor já respondeu. Vejo aquela televisão alaranjada e vejo os valores que V. Exa. menciona que foram gastos. O senhor está convidando os Parlamentares para irem num barracão ver onde os televisores foram descarregados. Só lembrar que essa novela da televisão já faz alguns meses que vejo aqui na Assembléia. Acho até que o Governo deva realmente falar do investimento na televisão, mas não vejo muito mérito nisso. Andei nas escolas um dia desses e as escolas estão esperando esses televisores. A minha pergunta é: quando eles vão sair desse barracão e quando vai acabar essa novela da televisão alaranjada e quando ela estará cumprindo com a sua missão, que é levar informação para o professor, levar essa informação para o aluno? Porque a educação no Paraná, nas últimas avaliações, não se saiu das melhores.

Parabenizar o seu discurso que está trazendo as informações, mas gostaria que isso fosse o mais rápido possível para região de Campo Mourão, enfim, para todas as regiões do Paraná, que precisam dessa televisão para poder melhorar a qualidade do ensino público no estado do Paraná, que está precisando.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Gostaria de responder ao Deputado Douglas no sentido de que venho a esta tribuna como Presidente da Comissão de Fiscalização.

A novela normalmente é feita com fatos fictícios. E os fatos fictícios nessa novela são as dúvidas levantadas até agora.

Os fatos que existem de concreto, são justamente aqueles que demonstram a compra dos televisores, dos 22 mil televisores. De fato essa licitação foi realizada, se não me falha a memória, no começo deste ano, e de lá para cá, existiram alguns procedimentos formais que tiveram que ser esclarecidos e não busquei essa informação. Por cima, escutei alguma coisa ali atrás, enquanto conversávamos sobre isso, mas esclarecendo ainda mais esse seu questionamento, o cronograma de entrega era de 5 mil televisores por mês, que estão sendo feitos a partir do mês de junho. Cinco mil em junho, 5 mil em julho, 5 mil em agosto, 5 mil em outubro. Nos últimos meses, parece que serão entregues 6 mil televisores, perfazendo um total de 22 mil televisores.

O cronograma: essas 223 televisões que foram distribuídas em 5 regiões do Paraná para fazer a qualificação dos professores, se justificam justamente para que a entrega dos televisores possa ser feita a partir do mês de outubro, definitivamente. Quer dizer, esses televisores serão entregues, informação essa nos transmitida pela Secretaria da Educação, oficialmente, a partir do mês de outubro. Depois da qualificação feita junto aos professores, para que possam tirar melhor proveito dessa tecnologia diferencial que hoje é contratada e oferecida aos nossos professores e à nossa rede de educação.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Acho que essa vistoria no barracão é muito importante, até para se verificar *in loco* e acabar o diz-que-diz-que das televisões. Acho que esse é o papel da Comissão de Fiscalização: fiscalizar. Ninguém deve se ofender quando a comissão está fiscalizando, porque senão não precisa Comissão de Fiscalização! Ela está apenas cumprindo o que determina o Regimento: fiscalizando!

Então, com relação à ida até esse local, acho importante que tão logo termine a Sessão, os Deputados, principalmente da comissão, possam fazer as vistorias. Queria solicitar a V. Exa. que pedisse às pessoas que vão fazer a apresentação das televisões quando formos agora, no final, que a sua assessoria pedisse que encaminhassem uma cópia de todo o processo licitatório, de toda a documentação para que pudéssemos ter esses documentos na hora da verificação *in loco* e saber como foi feita a licitação, se teve algum aditivo financeiro ou de prazo, se teve algum objeto a mais, enfim, qual é o prazo de entrega. No momento em que formos a esse barracão, seria importante que o Governo providenciasse também uma cópia de todo o processo licitatório, desde o começo até a entrega das televisões, para tirarmos todas as dúvidas e ajudar a sanar as dúvidas que temos aqui.

E para finalizar, Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, queria pedir a V. Exa., e sei que está um barulho em função dessa televisão, mas queria pedir a V. Exa. que abrisse um espaço, porque nós abrimos espaço para todo mundo vir falar aqui, então queria pedir a V. Exa., com autorização também do Presidente da Comissão de Fiscalização, que a técnica responsável pelas televisões, e que está mostrando aqui, que fizesse uma explicação de 5 minutos, aqui no plenário, dizendo o que é esse programa. Não é preciso mais do que 10 minutos e ela explica a todos os Deputados qual é o procedimento. Não precisa mostrar a televisão, mas que a técnica que foi mandada pelo Governo pudesse vir ao microfone e explicar o que significa, ou como é que vai funcionar. Então, é uma pessoa técnica que está aqui e que estamos vendo, não é uma pessoa política. Então, acho que seria bom para tirarmos as dúvidas e acabar com esse zunzum a respeito dessas televisões. Gostaria de colocar essa questão de ordem para esclarecermos.

Sei da sua boa vontade, Deputado Artagão Júnior, e acho importante V. Exa., como Presidente, fazer essa colocação, mas pediria ao nosso Presidente, Deputado Nelson Justus, que abrisse 10 minutos para que a professora que aqui está, técnica, explicasse em 10 minutos o que é essa questão das televisões.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Vejam, a Comissão de Fiscalização tem realmente esse papel e estamos aqui, como fizemos na última quinta-feira, um elogio ao Deputado Rossoni pela manifestação feita com relação àquela outra licitação dos tratores, sendo corrigido com presteza pelo Governo do Estado o eventual direcionamento que poderia haver

naquele processo licitatório. Fiz aqui, nesse microfone onde V. Exa. se encontra, um elogio ao Deputado Rossoni, em função de ter cumprido o seu papel como fiscalizador do Poder Executivo, o que todos nós somos, conforme a Constituição assim nos delega a função. E naturalmente fui convocado por ele na sua manifestação, como Presidente da Comissão de Fiscalização, a investigar essa situação dos televisores para ver se existiam ou se não existiam, se existia entrada USB ou se não existia, se eles estavam sendo entregues ou não, se existiam 2 controles remotos ou não, se viria o pen drive ou não. E digo mais, a professora Elizabete, ali, nos informava que estão sendo feitas agora, para que a estruturação seja por completa adotada junto aos colégios, a compra dos racks, estruturas adequadas para a colocação desses televisores nas salas de aula. É um televisor de grande porte, é um televisor de peso e que precisa de uma estrutura adequada para evitar risco aos alunos ou professores e também até para dificultar eventuais roubos que possam acontecer e invasões de colégios, que muitas vezes acontecem no nosso interior, por delinquentes.

Então, certamente todos esses detalhes estão sendo observados.

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Artagão, V. Exa. procura fazer um esforço muito grande para nos convencer com relação a esta aquisição das televisões pela Secretaria da Educação. Entendo todo o trabalho que V. Exa. está fazendo na Comissão de Fiscalização nesta Casa, mas não me convence, de forma alguma, a forma como esse processo foi conduzido, e acima de tudo pela falta de informações trazidas pelo Governo com relação as televisões.

O Deputado Luiz Carlos Martins encaminhou um expediente ao Secretário Maurício Requião, fazendo uma série de solicitações, e lamentavelmente as informações são truncadas, o Governo não esclarece praticamente nada. Há um decreto do Sr. Governador que estabelece que no preço da televisão o valor do ICMS deve estar descontado, e é um dos critérios para o processo licitatório, o que infelizmente esta informação não veio para a Bancada da Oposição, através de um requerimento encaminhado pelo Deputado Luiz Carlos Martins, subscrito por outros Parlamentares. E eu gostaria de pedir a V. Exa., se tem essa informação, se procede ou não procede, até porque não será o pen drive, não será, com certeza, essa entrada do USB que vai encarecer tanto uma televisão.

Num processo de aquisição de 22 mil televisões, não precisaríamos, com certeza, pintar de amarelo, qualquer empresa pintaria de preto, de verde, de azul, porque com certeza é um volume muito grande e qualquer empresa teria o interesse de participar de uma licitação dessa natureza.

Por isso, eu enobreço V. Exa. pela sua atuação, em procurar buscar a verdade, mas o que me parece, não

quero fazer aqui nenhuma suposição, nem mal juízo, pelo contrário, enalteço o seu trabalho, mas a cor laranja me parece ter uma conotação de um processo licitatório, sim. Este é o meu entendimento.

Obrigado pelo aparte.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Agradeço o aparte do Deputado Traiano e digo mais uma vez, conforme as palavras do Deputado Douglas, que as novelas são feitas assim, de fatos fictícios.

Veja, Deputado Traiano, V. Exa. falou sobre o encaminhamento de um ofício, falou que as respostas vieram truncadas, mas não especificou. Eu estou trazendo à mostra as dúvidas que aqui foram levantadas. Estou demonstrando aqui nesta semana, em nome da Comissão de Fiscalização, esclarecendo as dúvidas que foram levantadas pelo Deputado Rossoni, e também na oportunidade pelo Deputado Jocelito, sobre as televisões, sobre a quantidade, sobre os valores pagos, sobre aonde eles estariam. Eu não estou aqui defendendo a compra ou não, muito embora pessoalmente, como Deputado, concorde com o projeto, e acho ser um projeto diferenciado. Agora, estou aqui como Presidente da Comissão de Fiscalização. Se V. Exa. solicitar da Comissão de Fiscalização que providencie essas informações, faremos o esforço necessário, eu recebo na seqüência essa documentação, e farei o esforço necessário para justamente esclarecer essas dúvidas que ainda não foram esclarecidas. No entanto, as dúvidas levantadas aqui na última quinta-feira, estas estão esclarecidas. O diferencial de preço, ele se justifica pela tecnologia, mas destaca-se aqui a participação de 4 ou 5 fabricantes de televisões no processo licitatório.

Me contava ali a professora Elizabete a participação Mitsubishi, a participação de outras que não me recordo o nome, justamente para demonstrar a transparência desse processo. Se houver interesse do nobre Deputado, nós podemos, sim, buscar na Secretaria da Educação essas informações.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino.

O Sr. Dobrandino (PMDB)

Deputado Artagão, V. Exa. não tem nenhuma dificuldade para explicar esse processo, mas, tem dificuldade, sim, a Oposição que levantou aqui uma suspeita e alardeou na imprensa, sem constatar que as TVs eram especiais. Agora já se discute a cor da televisão!

Sempre defendi nesta Casa e acho importantíssimo o papel da Oposição. Mas, Deputado Traiano, tenha um pouco de cuidado, porque muitas vezes, ficam no vazio as denúncias. Essas TVs não são TVs comuns.

É preciso, com base fundamentada, trazer a verdade para esta Casa. Quem assistia na televisão, pensava ser uma corrupção essa concorrência.

Agora, me espanta discutirem a cor da televisão. Já fui Presidente de CPI nesta Casa, onde o dinheiro foi gasto “laranjadamente”.

Então, me desculpa, Deputado Traiano, o Governo está certo, sim, tem que ter uma cor especial essas TVs.

Deputado Artagão, parabéns em trazer aqui esse esclarecimento, mas não posso ficar calado diante de questões levantadas aqui e que não são verdadeiras.

Muito obrigado!

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Dobrandino!

Nossa comissão está à disposição da Assembléia Legislativa. A nossa comissão tem como função, estipulada pelo Regimento Interno, essa situação. As dúvidas aqui foram colocadas de forma bastante objetiva. E a comissão foi buscar informações e esclareceu as dúvidas aqui levantadas. Laranja é a cor da televisão e laranja foram as dúvidas aqui. E que isso fique claro. Se tiveram dúvidas que precisam ser constatadas, a comissão fará. Mas novela, como diz o Deputado Douglas, é feita de fatos fictícios, fatos de ilusão, de fatos que não existem. E esses foram os fatos levantados em cima desse processo de licitação.

Muito Obrigado!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Ouvi o Deputado Dobrandino falar que presidiu CPIs que tiveram um processo de pagamento de forma “laranjada”. Pelo menos eu entendi isso.

Gostaria que ele me esclarecesse esse ponto, pois fiquei pasmo com essa declaração.

Muito obrigado!

O SR. DOBRANDINO (PMDB) (Pela Ordem)

Foi obra que não existe.

Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto a Liderança do PT, Bloco PPS/PMN.

(Declinam)

Consulto a Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV.

Com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, senhoras e senhores:

Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Artagão, também Presidente da Comissão de Fiscalização, e fiz questão de não apartear-lo para não atrapalhá-lo enquanto ele discorria da sua defesa da aquisição, do Governo, dos televisores.

Quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não tenho a procuração do Deputado Valdir Rossoni para

sair em defesa dele ou muito menos da Oposição, mas fazendo minhas as palavras do próprio Deputado Dobrandino e de outros mais que afirmam que o papel da Oposição é justamente o de fiscalizar, diga-se de passagem, é a função de todos nós Parlamentares. Um Governo que prega transparência tem é que louvar e agradecer a existência da Oposição, permanentemente fazendo questionamentos com relação as suas atitudes, porque a mesma Oposição haverá de cancelar a transparência deste Governo.

Discordo do Deputado Artagão, que não sei onde exatamente ele está, quando fala sobre fatos fictícios. Há um adágio popular que costuma dizer que onde há fumaça há fogo, e olha que, muitas vezes, tal afirmativa, Deputado Artagão, procede. Isso vale para este Governo, para os Governos que passaram e para os Governos futuros. É nosso papel, ao recebermos denúncias, investigá-las. Este Parlamentar que vos fala, por exemplo, não está aqui nem para sair na defesa do Governo e nem para ser uma Oposição descabida, mas eu também recebi denúncias de que o que faz com que a entrega desses televisores seja tão lenta, tão tardia, é o fato de que o dispositivo USB, a entrada para o pen drive não estivesse vindo original de fábrica.

Achei procedente a denúncia e, sendo uma pessoa que conhece a parte técnica, me achei no dever, mais do que os outros Parlamentares, de tomar conhecimento para saber o que é verdade, o que não é verdade, o que é ficção e o que é realidade. Ora, me foi apresentado um televisor com um dispositivo USB, o que ainda não satisfaz. Por quê? Porque preciso e estarei fazendo parte dessa comissão, embora não sendo membro efetivo da mesma, nessa visita a esse galpão, porque quero saber quantos televisores estão lá e, conforme bem sugere V. Exa., aleatoriamente, pegar 2, 3 televisores e certificar-se se eles vieram de fábrica com dispositivo USB.

Eis que bem diferente da preocupação da técnica da Secretaria da Educação, que explanou com muita propriedade, com muita inteligência, uma excelente eloquência, das vantagens do televisor, tudo isso eu conheço. Falaram-me que o televisor já veio pré-instalado com software, veio na cor que o Governo predeterminou, veio com 2 controles remotos. Bom, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nada disso, modéstia parte, me impressiona, porque com o poder de fogo que o Governo tem em adquirir 22 mil televisores, venhamos e convenhamos, se o Governo quisesse que viesse com 3 controles e pintado de xadrez, viria.

Aqui nesta Casa de Leis nós tivemos um colega, o Deputado Braddock, que com muito menos poder aquisitivo adquiriu, Deputado Dobrandino, 3 Gols, 3 veículos, e pediu que esses viessem de fábrica pintados em forma de camuflagem do Exército. Claro, ele podia comprar 3 veículos e a empresa que vendeu achou por bem mandar pintado de camuflado. O senhor lembra, Deputado Jocelito? Imaginem 22 mil! Poderia, sem dúvida, na cor que o Governo quisesse. Não é isso que impressiona. Não foi

isso, Deputado Artagão, que foi questionado, pelo que entendi, nem da parte da Oposição e nem da parte daqueles que fizeram coro, como eu e como o Deputado Jocelito Canto. Tanto a minha opinião como a do Deputado Jocelito Canto, primeiro pautou-se no fato de ficar essa celeuma, o Governo falando uma coisa e a Oposição falando outra. Então, achamos por bem, de forma prática, saber o que é verdade e o que não é. Segundo, o detalhe, a USB de todos esses televisores vieram originais de fábrica? Sim ou não? E por que da demora? Segundo a justificativa do Deputado Artagão, é porque consta no processo licitatório, no contrato, que havia toda uma cronologia de entrega de 5 mil televisores ao mês. Quero ter acesso a essa documentação, e me certificar disso.

Com respeito ao preço dos televisores, Srs. Deputados, a técnica e também o Deputado do Governo, dizem que custaram R\$ 860. Quero saber se está incluso o pen drive. A menina falou que está embutido, isso eu não sabia, 60 mil mil drives para 22 mil televisores.

É imprescindível ter acesso a essa documentação de licitação, porque o senhor falou da necessidade de racks especiais, que obviamente será necessário um outro processo. Preciso também saber se consta nessa documentação o fornecimento do cartão de memória, porque o pen drive, embora seja uma memória rígida, que posso tirar, assim também os cartões.

Penso que, se desde o princípio o Deputado Romaneli tivesse colocado à disposição, sem que precisasse passar em votação no Plenário, toda essa documentação licitatória, muitas coisas, pelo menos deste Parlamentar que vos fala, muita coisa poderia ter sido já eliminada.

Outra coisa também, Sr. Presidente, que faço questão de deixar registrado, sexta-feira, por este Parlamentar, teríamos ido lá nesses galpões para verificar a existência desses televisores. Já queríamos de pronto, mas se a Comissão de Fiscalização entende que o melhor é irmos hoje, faço questão de acompanhá-los. Quero ver *in loco*. É o nosso papel saber, Deputado Douglas, se realmente procede a existência de todos esses televisores.

Com respeito à distribuição dos televisores, concordo com a técnica. Nem todo mundo sabe manusear o software já pré-instalado no televisor. Tem toda uma preparação quanto a isso. Deve-se fazer todo esse procedimento para que os mesmos não venham a ser estragados pelo mal manuseio.

Fica aqui o meu registro, Sr. Presidente, da minha discordância no que diz respeito a fatos fictícios. Vejo como denúncias e é o nosso papel fiscalizar e as dúvidas eram justamente se os televisores vêm com essa entrada já original de fábrica para USB e também para os cartões de memória.

Quero aproveitar também o ensejo, Sr. Presidente, fazer um registro e convite para os Srs. Parlamentares, que amanhã estaremos realizando uma Audiência Pública no plenarinho, sobre lixo tecnológico. Assunto esse levantado por causa de uma proposição de autoria da Deputada Rosane e deste Parlamentar e que foi encabe-

çada pela Comissão de Tecnologia, pelo Deputado Edgar Bueno, pela Comissão de Meio Ambiente, pelo Deputado Cheida e também pelo Deputado Malucelli. Estão todos convidados, para amanhã, às 9h30, estaremos nessa Audiência Pública sobre destino final de lixo tecnológico. É imprescindível que V. Exas. estejam lá.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Queria consultar a V. Exa. a questão de ouvirmos a professora Elizabete, por 10 minutos, para explicar e ficar nos Anais desta Casa a explicação dada. Eu, particularmente, não consegui pegar tudo, porque fui falar naquele momento. Em 10 minutos, em um horário de liderança, ela explicaria a questão técnica.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Jocelito, quero pedir a compreensão de V. Exa., a Mesa Executiva aprovou em reunião, que os Grandes Expedientes utilizados para pessoas estranhas a Casa, só poderão acontecer nas quintas-feiras. Discutimos e aprovamos isso e cometemos até alguma grosseria com outro Deputado. A partir de então, apenas nas Sessões de quinta-feira.

Deputado Jocelito, o fortalecimento das Comissões Permanentes da Casa é vital. Amanhã, às 9h30 temos duas Audiências Públicas, patrocinadas por Comissões Permanentes da Casa. V. Exa. haverá de entender que se nós abrímos uma exceção, o PT vai ficar magoado comigo, porque nós, na semana passada, negamos pedido ao PT. O Deputado Ney Leprevost também. Então, é para termos uma regra.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Concordo com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado, Jocelito.

No horário do PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, nossa Deputada Luciana Rafagnin, Deputada Rosane Ferreira, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Faz muito tempo que há uma polêmica, que se coloca em debate através da imprensa, a respeito de pedágio ou não pedágio no Paraná. A favor ou contra o pedágio.

Em que pese tantos e tantos discursos acalorados, alguns até usaram como tema de campanha combater o pedágio, a verdade é nua e crua: o pedágio não acabou,

não estacionou e o Paraná, a cada momento, é premiado com novas praças de pedágio.

Agora, o próprio Governo Federal está querendo também sacrificar os proprietários de veículos e as empresas transportadoras de cargas e passageiros, instituindo inúmeras praças de pedágio no Paraná.

Lamentavelmente, uma boa parte do nosso eleitorado tem ficado frustrado, indignado, tem se sentido ludibriado e enganado por alguns políticos que “arrotam” discurso bonito contra o pedágio, mas que na prática, absolutamente nada fazem para acabar com o pedágio ou para impedir que novas praças de pedágio se implantem no nosso estado do Paraná.

Diante dessa insatisfação de uma boa parte dos paranaenses, é que estamos tomando a liberdade de submeter à apreciação desta Casa, vai para a Comissão de Justiça, vai para a Comissão de Finanças, deve passar por outras comissões, um projeto de lei simplório, bastante simples, dizendo que daqui para frente, aprovado este projeto, ele sancionado, transformado em lei, só será permitida a construção ou a implantação de novas praças de pedágio no Paraná desde que haja, previamente, a manifestação da maior autoridade, que é o povo, fazer plebiscito. Há necessidade de colocar mais uma praça de pedágio em uma determinada região?

Se o nosso projeto for aprovado, estaremos estabelecendo que caberá a um Tribunal Regional Eleitoral fazer um plebiscito e convocar a população: quem tiver vontade, vai, comparece ao plebiscito e diz se quer ou não quer o pedágio. O pedágio, já está mais do que público e notório, é polêmico, há uma parte da população que é a favor do pedágio, outra parte é a favor do pedágio, outra parte é a favor do pedágio mas é contra a tarifa, que é cara. Uma boa parte dos paranaenses é até a favor do pedágio, mas também não aprova a sacanagem que as concessionárias têm feito, não respeitando o contrato que assinaram com o Governo e que se esse contrato fosse cumprido, a concessionária teria que fazer pista dupla, teria que fazer viaduto, teria que fazer ponte, teria que facilitar a vida do motorista que usa a estrada pedagida.

Melhoraram as nossas rodovias com o pedágio? Sim. Mas, podem melhorar ainda mais. O pedágio está caro ou está barato? Na minha ótica está caríssimo, as concessionárias estão explorando os usuários das nossas rodovias, levando em conta que antes eles alegavam que não podiam fazer a duplicação das estradas, porque a tarifa estava congelada. Conseguiram derrubar esse congelamento, a tarifa sobe regularmente. Aqui mesmo, pertinho de São José dos Pinhais, o pedágio está 10 reais e 90 centavos para ir, 10 reais e 90 centavos para voltar. Vinte um reais e 80 centavos para uma viagem de ida e volta para Morretes, para Antonina, para Paranaguá, para Matinhos, para Guaratuba, para o litoral do nosso Paraná.

Então, Sr. Presidente, há essa polêmica: o povo é a favor ou contra o pedágio? E se estamos aqui, todos nós, os 54 Deputados e Deputadas, é porque o povo nos elegeu e o nosso compromisso é sagrado com o nosso povo.

Estamos aqui para sermos os intérpretes da vontade do povo que nos elegeu, que votou na urna secreta, onde havia apenas Deus por testemunha daquele ato democrático em que o povo, com o voto secreto, elegeu seus Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores, o Presidente da República, o Governador do Estado. E se somos os intérpretes do povo, se o povo é que nos mandou para cá, se esta é, como todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas afirmam sempre, a Casa do Povo, que esta é a Casa de Leis do Povo, eu entendo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que devemos aprovar esse projeto, não implantar mais nenhuma praça de pedágio sem primeiro ouvir o povo.

Qual é o mal que vai ter se o meu projeto for aprovado? Que mal estará fazendo e para quem, se o meu projeto for aprovado? Será que haverá medo da manifestação do povo? Se a estrada está em precárias condições, se em uma região justifica o pedágio, o povo vai lá e vai votar, vai votar secretamente em um plebiscito organizado e colocado pelo Tribunal Regional Eleitoral. O povo vai falar: “Nós queremos o pedágio aqui para melhorar as nossas estradas”. Ou vai falar: “Não queremos o pedágio”. O nosso projeto não está proibindo novos pedágios, mas estamos delegando à grande estrela, à grande autoridade do Paraná, que é o povo que nos mandou, que nos elegeu para esta Casa de Leis.

Por isso, Sr. Presidente, estamos pedindo desde já a compreensão, o apoio, o referendo dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas para aprovar esse projeto, para que se reafirme o compromisso que cada um de nós têm com o nosso povo paranaense. Temos que deixar que o próprio povo diga, em cada região onde houver vontade do Governo de botar praça de pedágio, não. Primeiro vamos ouvir o povo, se o povo disser que quer colocar o pedágio, temos que fazer aqui nesta Casa a vontade do povo, porque sem o povo nenhum de nós estaria aqui cumprindo o mandato que recebemos nas urnas.

É esse o apelo, nobre Presidente Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados, ou seja, é o projeto que pede plebiscito feito pela Justiça Eleitoral sempre que o Governo tiver cócegas, uma vontade de cobrar mais do povo, pedagiando mais estradas, não deixar que Governo nenhum implante novas praças de pedágio, sem primeiro a manifestação livre, democrática e secreta por parte do povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, é de aço a tempera do Deputado Artagão. Não quinta-feira ele ouviu aqui neste plenário,

ouviu rigorosamente coisas que não deveria ter ouvido e que um Parlamentar, ao se pronunciar, deveria refletir no que está falando. Acho que é necessário que as pessoas pensem no que vão falar, e não de uma forma leviana, terem a disparidade de fazer questionamentos que são assim, tão cabalmente, esclarecidos!

Quero aqui parabenizar o Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior pela coerência como Presidente da Comissão de Fiscalização. Foi atrás dos esclarecimentos necessários e está ali, para quem quiser conhecer, o televisor de 29 polegadas, tela plana, com uma cor especial justamente para impedir o furto, com um cartão de expansão, aporte de USB para poder permitir a entrada do pen drive.

Nossa idéia era apresentar aqui no Plenário, mas depois de uma decisão da presidência da Casa, ele ficou no comitê de imprensa com a professora Elizabeth, que ali faz os esclarecimentos a quem quiser conhecer o televisor. A grande maioria dos Deputados e Deputadas já foram ali, já conheceram, já viram como funciona. Um instrumental tecnológico fantástico e que vai mudar a qualidade da educação pública no estado do Paraná!

O que eu lamento, na verdade, muito, é que tem pessoas que não conseguem modificar a sua forma de pensamento, única e exclusivamente por razões pessoais, aí é muito difícil! Eu fui Oposição nesta Casa e como Oposição sempre fui coerente, nunca deixei de reconhecer aquilo que fosse bom para o estado do Paraná.

Por isso, quero parabenizar a postura do Deputado Artagão, quero agradecer ao Secretário Maurício Requião a presteza de ter atendido o convite aqui nesta Casa, no comitê de imprensa, do televisor que vai modificar, de uma forma extremamente importante, graças à interatividade, a qualidade da educação pública no estado do Paraná.

Todos os dados o Deputado Artagão já forneceu a esta Casa, mas eu não podia, Sr. Presidente, deixar de registrar aqui a postura do Deputado Artagão. Nosso Governo é um Governo que tem tudo a esclarecer, tem transparência no que faz. Certamente, eu sei que tem gente que tem vontade que as coisas dêem errado no nosso estado, mas, felizmente, o Governador Requião é uma pessoa extremamente coerente, firme e que está dando, com a sua equipe, uma grande demonstração de competência para governar este estado que tanto amamos e queremos, cada vez mais, um estado com crescimento econômico.

Na sexta-feira vem aí o Presidente Lula, vem anunciar os investimentos do PAC no Paraná, tanto na parceria com o Governo do Estado através da SANE-PAR e da COHAPAR e também com os municípios paranaenses. São grandes avanços que temos quando nós temos Governos que são preocupados com a maioria. São Governos que não se preocupam com as elites. E é claro que a elite não gosta. A elite faz até

movimento, cansei de ver tanto dinheiro público que foi conduzido para que a elite pudesse se beneficiar neste país. Agora, tanto em Brasília com o Presidente Lula, quanto aqui no Palácio das Araucárias, nessa obra de reconstrução do Paraná, está lá o Governador Requião.

Era isso, Sr. Presidente.

Ordem do Dia:

O SR.PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 258/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a execução de obras de melhorias na PR-239, que liga a sede do município de Campina da Lagoa à BR-369. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 345/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública a Associação Fênix, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 045/07, de 10/10/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 483/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Quarto Centenário, com sede e foro em Quarto Centenário. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 483/07 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Artesãos de Quarto Centenário, com sede no município de Quarto Centenário e foro no município de Goioerê.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.08.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 505/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Bela Vista da Caroba, com sede e foro no município de Bela Vista da Caroba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 505/07 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Bela Vista da Caroba, com sede no município de Bela Vista da Caroba e foro no município de Capanema.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.08.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 531/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação da Lei nº 14223/03 (utilidade pública). **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/07, de 01/08/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o Centro para o Resgate a Vida Esperança - CEPES, com sede e foro no município de Apucarana. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ.**

APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/07, de autoria dos Deputados Jocelito Canto, Marcelo Rangel, Péricles de Mello e Plauto Miró, que denomina Marcelo Augusto Barbur, o Hospital Regional de Ponta Grossa. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.

Sobre o referido projeto, emenda modificativa de plenário, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO,
DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 085/07

Art. 1º Fica modificado o artigo 1º do Projeto de Lei nº 085/07, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º A denominação do Hospital Regional de Ponta Grossa só será efetivada através de decreto do Sr. Governador do Estado, após sua inauguração.”

Sala das Sessões, em 20.08.07.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA, PEDRO IVO,
TERUO KATO, WALDYR PUGLIESI E
MAMEDE

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela ordem, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Queria pedir a V. Exa. que colocasse na Ordem do Dia, se possível na próxima Sessão, o projeto de lei que apresentei, que determina o nome do novo palácio, aqui ao lado, chamado de Araucária, pelo Governador.

Queria que V. Exa. colocasse para discutir, em votação, porque aquele projeto é igual a este. Tem uma manobra do Governo para não colocar o nome ao hospital, como teve do palácio.

Quero contar essa história aqui, para o povo saber o que aconteceu e que, a pedido do Governo, me fez fazer uma emenda e essa emenda foi para atacar o Prefeito Beto Richa.

O meu projeto está pronto, na Ordem do Dia, só depende da sua colocação. Queria que V. Exa. colocasse na Ordem do Dia, porque quero fazer aqui um desabafo sobre esse mesmo projeto que foi feito do Hospital Regional de Ponta Grossa.

O mais importante, Sr. Presidente, o projeto do Hospital Regional, o nome seria em homenagem a uma pessoa ilustre. O Governador põe o nome que ele quiser,

nós não vamos nos opor, o interessante é a obra que está acontecendo.

Mas eu quero na próxima Sessão, Sr. Presidente, falar da manobra do prédio da araucária. Quero contar - vou até retirar o meu pedido - mas eu vou contar todos os detalhes sobre esse projeto e por quê motivo ele foi feito como este aqui. Vou contar tudo na próxima Sessão.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 339/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que altera o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 15469 de 30 de março de 2007, autorizando os municípios que receberam doações de imóveis de propriedade do estado a utilizarem os mesmos conforme necessidade do município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COPTC.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2445, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 355/07, de autoria dos Deputados Rosane Ferreira, Ribas Carli Filho e Rui Hara, que institui o Programa Compromisso Social de Prestação de Serviços à Comunidade por alunos dos Cursos de Graduação das Universidades Públicas Estaduais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECECT. COM EMENDA DA CF.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CF. **Aprovada.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que institui o dia 20 de junho como o Dia da Superação do Analfabetismo no Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CF. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/07, de autoria do Tribunal da Contas do Estado do Paraná - Ofício nº 123/07, que cria cargo que especifica, na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 150/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado, na estrutura do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas, 01 (um) cargo de Assessor Jurídico - AJ, simbologia DAS-3.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.03.07.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO
PARANÁ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 150/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Contas do Estado tem como objetivo criar um cargo de Assessor Jurídico - AJ, simbologia DAS-3, no Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas.

Fundamentação

A Constituição Estadual estabelece a competência do Tribunal de Contas para exercer as atribuições previstas em seu artigo 77:

Art. 77. O Tribunal de Contas, integrado por 7 Conselheiros, tem sede na capital de estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no artigo 101 desta Constituição.

O artigo 101 da própria Constituição Estadual trata exatamente da proposição de leis objetivando criação e extinção de cargos que lhe forem vinculados:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal.

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos Juízes, observado o que dispõem os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal;

Assim fica clara a constitucionalidade do projeto de lei em tela, ou seja, o Tribunal de Contas do Estado detém a competência necessária para criar um cargo dentro de seu Quadro de Pessoal Efetivo.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Ante o exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de constitucionalidade opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03.07.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 150/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei visa a criação de 1 cargo, na estrutura do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas, de Assessor Jurídico - AJ, simbologia DAS-3.

Cabe dizer que este projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, por respeitar os aspectos legais e constitucionais relativos ao tema.

A propositura ressalta ainda que as despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas, por disposição clara do texto da propositura.

Contudo, necessário se dizer que está sendo aumentada despesa, consoante explicitado na LC nº 101/00, em seu artigo 15. E mais, complementando isso no artigo 16 é exigido o impacto econômico-financeiro. Em sendo assim, necessária a anexação de impacto financeiro à propositura legal. E isto está sendo cumprido, para que todos os requisitos sejam plenamente atingidos.

É de se ver, pelo documento enviado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná à Assembléia Legislativa, que a despesa anual a ser destinada ao cargo que ora se cria é de R\$ 63.080,00. Pela simples divisão aritmética chega-se a um valor mensal de R\$ 5.256,66, neste incluído todos os encargos atinentes ao cargo de DAS-3. Pois bem, este montante anual representa 0,04% do limite orçamentário autorizado para o Tribunal de Contas. Diante destas premissas, estão aclarados todos os conceitos peremptoriamente exigidos por esta Comissão de Finanças.

Por todo o exposto, nada resta que possa obstar o prosseguimento do presente projeto nesta Casa de Leis.

Face ao exposto é que o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre o cancelamento de serviços prestados de forma contínua. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/07, de 16/04/07).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 256/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei dispõe sobre o cancelamento de serviços prestados de forma contínua, garantindo ao consumidor a faculdade de cancelar o serviço.

Fundamentação

Dispõe a Constituição Federal:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

V - Defesa do consumidor.

Entretanto, quem tem a competência para legislar sobre a defesa do consumidor? Estabelece a nossa Constituição:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

VII - responsabilidade por dano, ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

A união, através da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor), estabeleceu normas gerais em relação à defesa do consumidor. Entretanto, isto não retira a competência dos estados, que ainda podem legislar de forma suplementar, uma vez que a defesa do consumidor é de competência concorrente. Desta maneira, esclarece a Constituição Federal:

Art. 24. (...)

§ 2º A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.

E o que seria legislar de forma suplementar?

Conforme Manoel Gonçalves Ferreira Filho, forma suplementar é uma subespécie de competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é “complementar”.

Como as normas gerais não estabelecem nada a respeito do cancelamento de serviços prestados de forma contínua, o estado está exercendo sua competência legislativa dentro da legalidade e constitucionalidade.

Entretanto, como sanções, ficam estabelecidas as que já são previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Conclusão

Analisada a Constituição Federal e o Código de Defesa do Consumidor, fica clara a competência e legitimidade que o nobre Par possui para propor o projeto. Não restam dúvidas quanto à constitucionalidade e legalidade do projeto, sendo assim, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 256/07

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Douglas Fabrício, o presente plano de lei dispõe sobre o cancelamento de serviços prestados de forma contínua.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual recebeu parecer favorável. Chamada esta Comissão de Defesa do Consumidor a opinar, conclui que:

O objetivo do projeto é obrigar os prestadores de serviços continuados a assegurar aos consumidores o direito de solicitar o cancelamento do serviço pelos mesmos meios que foi solicitada a aquisição.

É de conhecimento público que existem dificuldades no cancelamento do serviço contratado, pois algumas empresas protelam ao máximo a formalização do cancelamento de assinatura, com o objetivo único de manter o serviço ativo.

Vale salientar que o Código de Defesa do Consumidor garante a desistência do serviço, conforme preceitua o Capítulo VI, sobre a Proteção Contratual.

Assim sendo, no âmbito desta comissão, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 256/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2430, 2431, 2433 e 2434, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2432, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Questão de Ordem)

Só gostaria de reafirmar o convite aos nobres Deputados, àqueles que assim entenderem e quisessem, eu, Deputado Jocelito Canto, Edson Praczyk e todos aqueles que quiserem, estaremos saindo na sequência, assim que termine a Sessão, para irmos ao barracão onde estão estocados os televisores para que possam ser feitas as verificações que ainda são necessárias.

Reafirmamos aqui o convite a todos os Deputados, assim como para os amigos da imprensa que queiram acompanhar e fazer essa verificação *in loco*.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrada. Esta presidência ratifica o convite da Comissão de Fiscalização, para a visita.

Requerimento nº 2435, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2436, 2437 e 2444, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2438, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2440, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2441, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2442 e 2452, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2449, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2443, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 2446, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2453, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 352, 358, 484, 529/07 e do Projeto de Resolução nº 009/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 355 e 459/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 150, 169 e 256/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 143, 341 e 441/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1496/07**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Decreto Legislativo 112/07 do Congresso Nacional e amparado no artigo 3º da Lei Estadual nº 15433 de 15 de janeiro de 2007 e no artigo 554, inciso VI, da Constituição Estadual,

R E S O L V E :

o subsídio mensal dos membros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passa a ser de R\$ 12.384,00 (doze mil, trezentos e oitenta e quatro reais), a partir de 01 de abril de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.06.07.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1751/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

R E S O L V E :

Art. 1º Fica alterado o artigo 8º do Ato da Comissão Executiva nº 068/05 alterado pelo Ato da Comissão Executiva nº 170/06, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 8º Ao Deputado, com designação oficial da Comissão Executiva, aprovada em plenário, com a missão de representação desta Casa de Leis, será concedida diária nos valores constantes do Anexo I deste Ato”.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Tabelas de Valores de Diárias - Viagens Anexo I		
Destino	Função	Valor R\$ (reais)
Dentro do Estado do Paraná	Deputado	400,00
Demais Estados	Deputado	500,00
Território Nacional	DAS-1 a DAS-5 e níveis superiores	220,00
	demais níveis	180,00

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 410

Autoria: Deputado Luiz Accorsi

SÚMULA:

Solicita implantação de poço artesiano para atender moradores da Vila Rural Primavera, no município de Icaraíma.

Aos Exmos. Srs. Presidentes Rafael Greca de Macedo, da COHAPAR e Stênio Jacob, da SANEPAR.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se aos Srs. Rafael Greca de Macedo, Presidente da COHAPAR e Stênio Jacob, Presidente da SANEPAR, para solicitar o seguinte:

O Deputado subscritor do presente solicita à Mesa Diretora da Casa, o encaminhamento de cópias do documento anexo aos órgãos nominados na súmula, solicitando providências para o seu atendimento que consiste na implantação de poço artesiano para atender os moradores da Vila Rural Primavera, no município de Icaraíma.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação objeto da presente indicação é fruto de reivindicação do Vereador Manoel Timóteo de Almeida, membro da Câmara Municipal de Icaraíma presidida por Marcos Alex de Oliveira e referendada por todos os seus integrantes.

A solicitação objeto do requerimento da Câmara de Vereadores de Icaraíma é acompanhada de baixo-assinado firmado por dezenas de moradores da Vila Rural Primavera.

À COHAPAR e à SANEPAR, entidade solicitadas para o atendimento ao pleito em questão, registro a minha convicção da costumeira atenção.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 411

Autoria: Deputado Luiz Accorsi

SÚMULA:

Solicita obras de continuidade da chamada Estrada Boiadeira, para interligar o distrito de Porto Camargo ao município de Cruzeiro do Oeste.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, o Sr. Dr. Rogério Tizzot.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Secretário dos Transportes, o engenheiro Rogério Tizzot, para solicitar o seguinte:

O Deputado subscritor do presente, solicito à Mesa Diretora da Casa, o envio de cópia do requerimento de autoria do Vereador Manoel Timóteo de Almeida, da Câmara Municipal de Icaraíma, reivindicando obras de continuidade da chamada Estrada Boiadeira, para interligar o distrito de Porto Camargo ao

município de Cruzeiro do Oeste, numa distância de 63 quilômetros.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

O requerimento do Vereador Manoel Timóteo de Almeida mereceu o apoio de todos os seus companheiros e foi deferido pelo Presidente daquele Poder, o Vereador Marcos Alex de Oliveira.

Importante é a constatação por parte do Vereador-proponente salientando a importância da continuação da Estrada Boiadeira para atingir o distrito de Porto Camargo nas margens do rio Paraná, enfatizando a existência do maior complexo de pontes sobre água doce em toda a América Latina.

Além disso, o Porto Camargo é uma das portas paranaenses de acesso ao estado de Mato Grosso do Sul, por onde adentramos para atingir Mato Grosso e Rondonia, grandes produtores de grãos do país.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 412

Autoria: Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Solicita a dragagem do porto de Antonina.

Ao Exmo. Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva, Superintendente da APPA.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) Que seja realizada a dragagem ao porto de Antonina.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se na necessidade urgente dragagem emergencial ao porto de Antonina. Sem esta ação, a bacia de evolução e canal de acesso à Ponta do Félix ao terminal, por falta de calado, estará entrando em colapso em curtíssimo tempo. Caso ocorra a paralisação das atividades portuárias por falta da dragagem, mais de 1.300 famílias que dependem única e exclusivamente deste terminal portuário ficarão absolutamente sem nenhuma perspectiva de vida.

Além destes, outros sofrerão, como o comércio local e prestação de serviços, já que 80% da população antoniense dependem de alguma forma da área portuária.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 413

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja nominada uma rodovia estadual como Rodovia Mário Marcondes Lobo.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário Estadual dos Transportes.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) Seja nominada, uma rodovia estadual, de Rodovia Mário Marcondes Lobo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz tendo em vista a súbita perda do advogado Mário Marcondes Lobo, que faleceu aos 63 anos, em Curitiba. Profissional exemplar, casado com Sonia Regina Fatuche, pai dedicado de dois filhos, estabeleceu-se em Paranaguá, onde advogou com o denodo que somente os grandes juristas vocacionais possuem.

Foi também importante figura pública na cidade de Paranaguá, tendo sido Procurador do município, onde ocupou a função de Diretor-Jurídico, além de ter exercido o cargo de Secretário da Administração e Negócios Jurídicos, por diversos períodos.

Destaque também no cenário estadual, ocupou a Superintendência dos Portos de Paranaguá e Antonina, a presidência da SERLOPAR, a coordenação da Força-Tarefa do Litoral e foi competente Assessor Especial do Governador, atuando em inúmeras causas de interesse do estado, sendo inclusive Coordenador dos Conselhos de Política Automotiva e do Setor Sucro-Alcooleiro.

Por todo esse histórico de serviços prestados ao Paraná, justa a homenagem proposta ao grande paranaense que foi Mário Marcondes Lobo, cuja memória poderá ser perpetuada com a denominação de um logradouro público ora proposta.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 414

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita a construção de uma quadra poliesportiva, no município de Piraquara.

Ao Exmo. Sr. Luiz Forte Neto, Secretário Estadual de Desenvolvimento Urbano.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) Seja construída, uma quadra poliesportiva, em terreno a ser doado pela Prefeitura Municipal de Piraquara.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, ante o pedido do Sr. Ernani Winter, Assessor de Esportes do município de Piraquara, que relatou a necessidade de uma quadra esportiva para a comunidade local.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 415

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita a instalação de uma Universidade Pública Estadual, no município de São José dos Pinhais.

À Exma. Sra. Lygia Pupatto, Secretária de Estado da Ciência e Tecnologia.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se à Sra. Secretária para solicitar o seguinte:

1) Seja instalada uma Universidade Pública Estadual no município de São José dos Pinhais.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois, conforme relatado no ofício anexo, de autoria do vereador Tarcísio Klettemberg, São José dos Pinhais necessita urgentemente de uma Universidade Pública, por todos os fatores e razões expostas pelo nobre edil.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 416

Autoria: Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a inclusão nos currículos escolares de ensino médio das escolas estaduais conteúdos sobre termos legislativos.

Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que as escolas estaduais incluam em seus currículos conteúdos sobre termos legislativos.

II - A pertinência da proposição reside na ampliação do conhecimento de nossos jovens, podendo despertar interesse e motivá-los a tornarem-se cidadãos conscientes, ativos e participantes do processo legislativo de suas cidades, do estado e da nação.

III - Tal pleito visa, ainda, atender a sugestão recentemente encaminhada pelo Poder Legislativo de Campo Mourão, por proposição do Vereador Carlos Antonio Izidoro Koch, aprovado por unanimidade naquele plenário.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 417

Autoria: Deputado Marcelo Rangel

SÚMULA:

Sugere a implantação da Delegacia Estadual de Crimes Cibernéticos.

Ao Sr. Governador do Estado do Paraná. Ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

1) O Deputado que presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, sugere que seja implantada, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Delegacia Estadual de Crimes Cibernéticos.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal indicação, pelo fato que a cada dia aumentam os crimes através da rede mundial de computadores - internet. É notório que vários são os paranaenses internautas que estão sendo lesados e infelizmente ficam desamparados sem saber a quem recorrer quando estes são cometidos, ficando a mercê desses criminosos virtuais, que em diversas vezes cometem seus crimes e não são punidos pela norma jurídica.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.07.07.

(a) NELSON JUSTU
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 418

Autoria: Deputado Marcelo Rangel

SÚMULA:

Pavimentação asfáltica na Avenida das Palmeiras, no município de Palmeira.

Ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

1) O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, sugere que seja realizada com máxima urgência, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a pavimentação asfáltica na Avenida das Palmeiras, com extensão de 2,8 Km, no trecho que liga a BR-277 no Km 171 (Irati - Palmeira) a PR-151, no Km 387 (Palmeira- São Mateus do Sul).

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal indicação, pelo fato que a referida pavimentação é sobremaneira importante para a ligação entre os referidos municípios e o município de Palmeira.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.07.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 419

Autoria: Deputado Marcelo Rangel

SÚMULA:

Aumento do efetivo de policiais militares para o município de Imbituva.

Ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

1) O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, sugere que seja aumentado o efetivo de policiais militares para o município de Imbituva.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal indicação, pelo fato de que estão aumentando significativamente problemas relacionados à segurança pública no município de Imbituva, sendo que o aumento do efetivo de policiais militares minimizaria os

problemas gerados pela violência e traria segurança para os cidadãos que vivem no referido município.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.07.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 420

Autoria: Deputados Marcelo Rangel e Alexandre Curi
SÚMULA:

Autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o município Tibagi ao distrito de Porteira Grande.

Ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes.

Os Deputados Marcelo Rangel e Alexandre Curi sugerem ao Governador do Paraná e ao Secretário de Estado dos Transportes o seguinte:

1) Estadualizar o trecho da rodovia que liga o município de Tibagi ao distrito de Porteira Grande.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.07.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

JUSTIFICATIVA:

É de suma importância para a região a estadualização da estrada que liga o município de Tibagi ao distrito de Porteira Grande. Deve-se ressaltar que com esta iniciativa estaremos beneficiando diversos habitantes da região, melhorando o trânsito dos munícipes, mas, sobretudo, oferecendo melhores condições para o escoamento da produção de diversos produtos.

Consubstanciado na certeza de que a administração pública em qualquer nível tem como meta e base o bem público, ensejamos os bons préstimos do Governo do Estado e da Secretaria de Estado dos Transportes, para desempenhar a conservação e a manutenção da estrada citada.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 421

Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a reforma geral no Colégio Estadual Doutor Camargo - Ensino Médio no município de Doutor Camargo.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere a aprovação de solicitações de benefícios, conforme relação de protocolos abaixo relacionados, para o Colégio Estadual Doutor Camargo, do município de Doutor Camargo.

PROTÓCOLOS - Sistema Integrado de Documentos.

Número: 8.511.365-8 (Verba do Fundo Rotativo para ligação de esgoto);

Número: 8.511.366-6 (Verba do Projeto Digital para reforma da sala de informática);

Número: 8.022.189-4 (Reforma Geral do Colégio);

Número: 9.343.022-0 (Verba do Fundo Rotativo para substituição de caixas de amianto).

II - O Colégio Estadual Doutor Camargo há muito oferece uma excelente educação aos alunos residentes no município e necessita que os pedidos efetuados, sejam aprovados pelo Poder Executivo.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 422

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria dos Transportes a recuperação de pavimentação asfáltica em rodovia que especifica.

Sr. Governador, Sr. Secretário dos Transportes.

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes a recuperação da pavimentação asfáltica da rodovia que liga o distrito de Graciosa ao Distrito de Mandiocaba.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

A estrada acima referida é artéria por onde transitam ônibus escolares e por meio da qual se transporta toda a produção agrícola e pecuária da região. Dispensável, portanto, destacar aqui o valor, a necessidade e a importância que a recuperação da pavimentação asfáltica - ainda que na forma de simples emulsão - terá para essa região. Com efeito, o rejuvenescimento dessa via implicará em ganhos não só de produção, porquanto é sabido que a má conservação das estradas é uma das principais causas de perda de grãos, bem como do desgaste e destruição de carros e caminhões, razão pela qual a recuperação do asfalto também trará mais economia, segurança e novas possibilidades de desenvolvimento aos habitantes dos distritos de Graciosa e Mandiocaba.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 423

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria dos Transportes a recuperação de pavimentação asfáltica em rodovia que especifica.

Sr. Governador, Sr. Secretário dos Transportes.

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares,

REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes a recuperação da pavimentação asfáltica da rodovia que liga o município de Santa Cruz de Monte Castelo ao distrito de Santa Esmeralda.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

A estrada acima referida é artéria por onde transitam ônibus escolares e por meio da qual se transporta toda a produção agrícola e pecuária da região. Dispensável, portanto, destacar aqui o valor, a necessidade e a importância que a recuperação da pavimentação asfáltica - ainda que na forma de simples emulsão - terá para essa região. Com efeito, o rejuvenescimento dessa via implicará em ganhos não só de produção, porquanto é sabido que a má conservação das estradas é uma das principais causas de perda de grãos, bem como do desgaste e destruição de carros e caminhões, razão pela qual a recuperação do asfalto também trará mais economia, segurança e novas possibilidades de desenvolvimento aos habitantes de Santa Cruz de Monte Castelo e do distrito de Esmeralda.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 424

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria dos Transportes a recuperação de pavimentação asfáltica em rodovia que especifica.

Sr. Governador, Sr. Secretário dos Transportes.

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes a recuperação da pavimentação asfáltica do trecho de rodovia que liga o Município de Planaltina do Paraná ao Distrito de Gauchinha.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

A estrada acima referida é artéria por onde transitam ônibus escolares e por meio da qual se transporta toda a produção agrícola e pecuária da região. Dispensável, portanto, destacar aqui o valor, a necessidade e a importância que a recuperação da pavimentação asfáltica - ainda que na forma de simples emulsão - terá para essa região. Com efeito, o rejuvenescimento dessa via implicará em ganhos não só de produção, porquanto é sabido que a má conservação das estradas é uma das principais causas de perda de grãos, bem como do desgaste e destruição de carros e caminhões, razão pela qual a recuperação do asfalto também trará mais economia, segurança e

novas possibilidades de desenvolvimento aos habitantes de Planaltina e Gauchinha.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 425

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião, à Secretaria dos Transportes e à Secretaria da Agricultura e Abastecimento, prioridade na recuperação e readequação de rodovias que especifica.

Sr. Governador, Srs. Secretários dos Transportes e da Agricultura e Abastecimento.

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado, ao Secretário dos Transportes e ao Secretário da Agricultura e Abastecimento a inclusão no Programa de Patrulhas Mecanizadas dos trechos de rodovias abaixo indicados para a recuperação e readequação, bem como prioridade na execução dessas obras:

1) Distrito de Santa Esmeralda - Balsa de Herculanã (14 quilômetros);

2) Distrito de Santa Esmeralda - Água da Prata (20 quilômetros);

3) Distrito de Ivaí - Gleba 28 (8 quilômetros).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

As estradas acima referidas são vias por onde transitam ônibus escolares e por meio das quais se transporta toda a produção agrícola e pecuária da região. Dispensável, portanto, destacar aqui o valor, a necessidade e a importância que a recuperação e a readequação desses trechos terão para essa região.

Com efeito, recuperadas e readequadas, essas vias gerarão ganhos não só de produção - porquanto é sabido que a má conservação das vias é uma das principais causas de perda de grãos, bem como do desgaste e destruição de carros e caminhões - mas também implicará em mais economia, segurança e novas possibilidades de desenvolvimento aos habitantes dessas regiões.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 426

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja efetuada a adequação do trevo de acesso à cidade de Piên, na rodovia PR-420.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário Estadual dos Transportes.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) Seja efetuada a adequação do trevo de acesso à cidade de Piên, na rodovia PR-420.

2) Como sugestão de adequação pode-se indicar que seja providenciada a instalação de duas lombadas (uma antes e outra depois do trevo), ou que o novo acesso seja efetuado por uma rotatória.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, tendo em vista o elevado número de acidentes no local, sendo esta obra um clamor dos Vereadores da cidade que procuram atender às reclamações da comunidade.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 427

Autoria: Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a pavimentação asfáltica na estrada que faz a ligação dos municípios de Roncador e Mato Rico.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A pavimentação asfáltica na estrada que faz a ligação dos municípios de Roncador e Mato Rico;

II - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - Neste sentido nos foi encaminhado pedido da Câmara Municipal de Roncador, justificando que os 2 municípios têm este anseio já há muitas décadas.

IV - A pavimentação pretendida reduzirá a distância entre os municípios, beneficiando também vários municípios da região.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 428

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que sejam efetuadas medidas de segurança para o trecho da BR-277, localizado entre o Restaurante Girassol e o cruzamento com a R. Conceição, no acesso ao bairro Colônia Francesa, no município de Palmeira.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário Estadual dos Transportes.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) Que sejam efetuadas medidas de segurança para o trecho da BR-277, localizado entre o Restaurante Girassol e o cruzamento com a R. Conceição, no acesso ao bairro Colônia Francesa, no município de Palmeira.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que as soluções implementadas pela concessionária, até hoje se mostraram ineficazes, conforme se pode depreender da solicitação do Vereador Mário Antonio Wieczorek. Inúmeras vidas estão sendo perdidas neste local da rodovia e alguma providência necessita ser tomada com urgência.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 429

Autoria: Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a ALL - América Latina Logística que transfira o seu pátio de manobras do centro de Rolândia para a localidade denominada Cebileiro.

Senhor Presidente da ALL.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A remoção de seu pátio de manobras que hoje está no centro do município de Rolândia-PR, para a localidade denominada Cebileiro.

II - Segundo o entendimento dos moradores do município, tal mudança é necessária e justa em função da segurança e tranquilidade da população.

III - As manobras dos trens se fazem no centro da cidade e em horário de rush, provocando congestionamento e atrapalhando de maneira significativa a vida das pessoas que vêm seus horários sendo afetados por estas manobras.

IV - Chegam-nos notícias de que diversas solicitações já foram feitas pela comunidade, solicitando a transferência do pátio de manobras para um local mais afastado do centro, mais especificamente para a localidade rural de Cebileiro, sem, no entanto obter qualquer tipo de atenção dos administradores da ALL.

V - Neste sentido nos foi encaminhado pedido da Câmara Municipal de Rolândia, pedindo nosso empenho na sensibilização da administração da ALL para que promova tal alteração.

Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios à comunidade local.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estimada e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 433

Autoria: Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Sugere ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado da Saúde o credenciamento da unidade infantil do Hospital Santa Rita de Maringá - Associação Bom Samaritano - para atender crianças com neoplasia.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado, e ao Secretário de Estado da Saúde.

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, solicitando aos mesmos o credenciamento da unidade infantil do Hospital Santa Rita de Maringá - Associação Bom Samaritano - para atender crianças com neoplasia, em Maringá.

Salienta-se que é lamentável que as crianças de Maringá necessitem se deslocar ao Hospital das Clínicas, em Curitiba, para tratamento de câncer.

É sofrimento desumano imposto às crianças e às respectivas famílias. Após as sessões de quimioterapia as crianças passam mal e mesmo assim iniciam viagem para retornar ao lar.

O Hospital Santa Rita possui espaço específico para pediatria e esse credenciamento representaria ato humanitário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 434

Autoria: Deputado Osmar Bertoldi

SÚMULA:

Sugere ao Poder Executivo criação do Programa para Reabilitação de Jovens.

Ao Exmo Sr. Governador Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Osmar Bertoldi dirige-se ao Sr. Governador, para expor e propor o seguinte:

1) Sugerir a criação de pequenos presídios para reabilitação dos jovens infratores, bem como determinar atividades em período integral para estes jovens, sendo que meio período para aulas e o restante para trabalho voluntário.

2) A presente indicação tem como objetivo orientar e corrigir jovens infratores, procedentes de um meio criminal, podendo assim reintegrar estes jovens ao convívio social. Esta Casa de Leis, através desta criação, possibilita a esses jovens uma formação sócio-educativa e de ter acesso a informações que o habilitem a exercer sua cidadania de forma plena.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 446

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião a regulamentação no estado da Lei Federal nº 11301/06, que estende o benefício da aposentadoria especial aos professores detentores de funções de direção, coordenação e assessoramento.

Sr. Governador.

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado a regulamentação da Lei Federal nº 11301/06, a qual estende o benefício de aposentadoria especial aos professores detentores de funções de direção, coordenação e assessoramento.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Os professores paranaenses que ocuparam, em suas carreiras, cargos de direção, coordenação ou assessoramento e, portanto, recebiam o benefício da aposentadoria especial a que fizeram jus, estão perdendo esse direito e vendo seus vencimentos diminuídos em razão da ausência de regulamentação no estado do Paraná da Lei Federal nº 11301/06, sofrendo, em razão disso, grandes prejuízos.

Indiscutível a flagrante ilegalidade desse ato, porquanto cargos de natureza especial implicam em desgastes e carga de trabalhos adicionais, inerentes a essas funções, realidade que por si só justificaria concessão do benefício da aposentadoria especial a esses professores.

Grande número de professores paranaenses já estão à espera da regulamentação dessa lei, já regulamentada em nível federal, e as Secretarias da Educação e do Planejamento já analisam essa questão, contudo, infelizmente, tal situação ainda não foi resolvida, e aos professores só restou a alternativa de recorrer ao Governador do Estado, na esperança de ver essa injustiça, de que foram vítimas, corrigida.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 448

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Educação a criação de Biblioteca Cidadã no município de Amaporã.

Senhor Governador, Senhor Secretário.

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao senhor Governador do Estado e ao Secretário da Educação a construção de uma Biblioteca Cidadã no

município de Amaporã, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

No município de Amaporã reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não têm condições de arcar com os custos do material escolar de seus filhos, que dirá com a compra de livros infantis ou de pesquisas.

Em face dessa realidade, não há como se oferecer às crianças e adolescentes dessa região atividades culturais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Amaporã, portanto, mas do que constituir-se em importante vetor de desenvolvimento intelectual e cultural para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 450

Autoria: Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe à COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação da Vila Rural Santa Clara, do município de Nova Tebas.

Senhor Presidente

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne esta Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, em dirigir atenção especial ao atendimento às necessidades da Associação da Vila Rural Santa Clara, do município de Nova Tebas, que necessita de recursos para a aquisição de um computador completo para atender as necessidades da associação na parte burocrática e também para a inclusão das crianças no conhecimento a computação.

II - Sabedores de que a implantação e manutenção das Vilas Rurais sempre foi o caminho mais utilizado por esta companhia para o atendimento ao homem do campo, dando-lhes oportunidades e criando condições para o seu desenvolvimento, acreditamos estar perfeitamente enquadrada na condição legal para o atendimento deste pedido.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 451

Autoria: Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe ao PROVOPAR-PR uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação Familiar Campos Novos, no município de Nova Tebas.

Senhor Presidente

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne este PROVOPAR-PR em dirigir atenção especial ao atendimento às necessidades da Associação Familiar Campos Novos, do município de Nova Tebas, que necessita de recursos para a aquisição de um computador completo para atender as necessidades da associação na parte burocrática e também para a inclusão das crianças no conhecimento a computação.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.07.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 452

Autoria: Deputados Marcelo Rangel, Jocelito Canto,
Plauto Miró, Péricles de Mello

SÚMULA:

Instalação do Sistema de Verificação de Óbitos em Ponta Grossa.

Ao Senhor Governador do Estado do Paraná.

Ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública.

1) Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, sugerem que seja instalado o Sistema de Verificação de Óbitos em Ponta Grossa.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal indicação legislativa, pelo fato de que estão aumentando significativamente os problemas com relação aos óbitos em Ponta Grossa e região. Com a instalação do Sistema de Verificação de Óbitos em Ponta Grossa muitos desses problemas seriam minimizados.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.07.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 453

Autoria: Deputado Artagão Júnior

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná a inserção, no currículo escolar do ensino médio da rede pública estadual, de disciplina denominada Cidadania e Gestão Pública, englobando conteúdos de cidadania e atualidades.

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a introduzir, no currículo escolar do ensino médio da rede pública estadual, disciplina denominada Cidadania e Gestão Pública, englobando conteúdos de cidadania e atualidades.

Parágrafo Único. O conteúdo da disciplina referida neste artigo será estipulado pela Secretaria da Educação do Paraná e deverá obrigatoriamente incluir:

I - noções básicas de justiça e cidadania;

II - noções básicas de teoria geral do estado e organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

III - noções básicas de hermenêutica da lei;

IV - noções básicas de direitos do consumidor;

V - noções básicas de direitos e garantias constitucionais;

VI - noções básicas de direito civil;

VII - noções básicas de direito penal;

VIII - noções básicas de direito ambiental;

IX - estudo de problemas paranaenses; e

X - análise e proposição de soluções práticas para o desenvolvimento sustentado do estado do Paraná.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo sancionará dispositivo legal regulamentando esta indicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.07.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem o condão de solicitar ao Governo do Estado do Paraná que explicita noções de cidadania e conhecimentos sobre direitos e deveres dispostos no Direito Positivo Brasileiro, à geração que em breve nos substituirá na definição dos trilhos que nosso estado deverá seguir na busca de um futuro melhor.

Atualmente, pelo imediatismo que se torna cada vez mais comum entre a população, bem como pela precariedade do ensino público e, ainda, pela falta de acesso a obras didáticas sobre o tema, assistimos a uma sociedade voltada apenas para a satisfação individual, em detrimento do coletivo, do social.

Também, pelo desconhecimento geral sobre o tema, a população está à mercê de pessoas, físicas ou jurídicas, mal intencionadas, cujo único interesse é obter vantagens indevidas de qualquer espécie, facilitadas pela ignorância alheia.

Além disso, a deseducação de nossos jovens os leva à alienação em relação à sua condição de cidadão, ou seja, os jovens desconhecem os seus direitos de consumidor, de acesso à justiça, de cobrar seu representante eleito, de cobrar o estado pela aplicação correta de seus tributos recolhidos, levando-os ao fracasso pessoal, que em larga escala significa uma nação de fracassados.

Isto sem se falar na banalização dos crimes e contravenções entre a população mais jovem.

A competência da iniciativa, nos termos do artigo 24, inciso IX, da Constituição Federal, é concorrente para união, estados e para o distrito federal, vejamos:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Ademais, repetindo os termos da Carta Magna Federal, a Constituição Estadual dispõe no artigo 13 o seguinte:

Art. 13. Compete ao estado, concorrentemente com a união, legislar sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desportos;

Por se tratar de competência concorrente, a iniciativa de inserção de conteúdos no ensino médio deve partir da Assembléia Legislativa, conforme determina o artigo 53, concomitantemente com o artigo 65, ambos da Constituição Estadual.

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

No mérito, o artigo 205 da Constituição Federal nos traz como objetivos a serem buscados pela administração pública no tocante ao ensino, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, vide texto:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Este é justamente, o princípio norteador do presente projeto de lei, que também se embasa em outras determinações constitucionais abaixo transcritas:

Art. 211. ...

§ 3º Os estados e o distrito federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

(...)

III - melhoria da qualidade do ensino;

A referência à lei feita pelo artigo 214 acima transcrito foi concretizada com a edição, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Federal nº 9394/96, a qual conferiu poder ao estado para incluir temas a exemplo do tratado nesta lei, buscando de um lado a formação integral para o aluno e, de outro, uma sociedade mais justa, consciente e fraterna.

Vejamos o que dizem os artigos 27, 35 e 36 da referida lei:

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

(...)

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de 3 anos, terá como finalidades:

(...)

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

(...)

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

(...)

Vale ressaltar que o estado do Paraná é uma ilha de subdesenvolvimento, conforme o estudo do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento sobre o IDH (que leva em conta a alfabetização e educação), se o compararmos com os estados vizinhos.

Fica, desde já, a sugestão de que o teor deste conteúdo seja englobado em uma cartilha ou livro didático, a qual deverá ficar a cargo de profissionais com elevado conhecimento jurídico, facilmente encontrados entre os Procuradores e advogados do estado.

Sugerimos também, que após atendida a rede pública estadual de ensino, estenda-se a atividade às prefeituras mediante fornecimento de material didático e suporte, através de convênio destas entidades com a Secretaria Estadual de Educação.

Atas de Comissões

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 345/07, 483/07, 505/07 e 531/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 352/07, 358/07, 484/07 e 529/07 e o Projeto de Resolução nº 009/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

